



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

**RENATA HUBNER**

**NOVOS USOS DO TERRITÓRIO DECORRENTES DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO  
MUNICÍPIO DE SAUDADES-SC**

**CHAPECÓ  
2014**

**RENATA HUBNER**

**NOVOS USOS DO TERRITÓRIO DECORRENTES DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO  
MUNICÍPIO DE SAUDADES-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de grau de licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anelise Graciele Rambo.

**CHAPECÓ  
2014**

## DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Hübner, Renata

NOVOS USOS DO TERRITÓRIO DECORRENTES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE SAUDADES-SC/ Renata Hübner. -- 2014.

81 f.:il.

Orientador: Anelise Graciele Rambo.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia - Licenciatura , Chapecó, SC, 2014.

1. Uso do território. 2. Políticas públicas. 3. Espaço rural. 4. Agricultura familiar. 5. Pluriatividade. I. Rambo, Anelise Graciele, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**RENATA HÜBNER**

**NOVOS USOS DO TERRITÓRIO DECORRENTES DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO  
MUNICÍPIO DE SAUDADES-SC**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr. Anelise Graciele Rambo

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 12/12/2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Anelise Graciele Rambo – UFFS

---

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS

---

Prof. Me. Willian Simões- UFFS

*Aos meus pais, Flavio e Elci, pelo apoio constante e pelo exemplo de vida, que orienta a minha formação pessoal e humana. A eles minha gratidão, carinho e amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas e instituições que contribuíram, cada qual ao seu modo, para a realização deste trabalho. Todas essas contribuições foram de uma maneira ou de outra, fundamentais ao longo do caminho.

Primeiramente agradeço à Deus, que me permite existir e acreditar nos meus sonhos, por conceder-me experiências maravilhosas ao longo desta trajetória de estudos. Agradeço pela sabedoria e força que possibilitou tornar real mais este sonho.

A professora Dr<sup>a</sup> Anelise Graciele Rambo pela orientação, estímulo, e pela seriedade que conduziu esta pesquisa e, sobretudo pela sua importante contribuição na minha formação acadêmica e na realização deste trabalho.

A minha Família, meus pais Flavio e Elci e irmãos Juliana e Jones, pelo incentivo, amor e convivência. Obrigado pelo apoio constante, por cada oração, e por conceder-me o equilíbrio nos momentos mais difíceis desta graduação.

Ao amigo e companheiro Djone, por todos os momentos de angustias compartilhados. Obrigada pelo amor, compreensão e incentivo.

Aos agricultores familiares entrevistados, que através de suas experiências, estão reconstruindo os usos do território no espaço rural.

A CRESOL e SICOOB do município de Saudades, que através de sua contribuição tornaram esta pesquisa possível.

Por fim, agradecer aos professores do curso de geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, por todo o conhecimento adquirido.

## RESUMO

A modernização agrícola provocou inúmeras transformações no campo, modificando as formas de produção e uso do território. Na região Oeste de Santa Catarina e, particularmente no município de Saudades, a modernização da agricultura se expressou principalmente através da integração do agricultor familiar às agroindústrias. Essas mudanças atreladas à modernização do território configuram-se através de um processo desigual de expansão do capital e das tecnologias, pois não atingiu todos os agricultores. Graziano da Silva (1988) denomina este processo de modernização conservadora, considerando que esse processo não ocorre de forma homogênea por todo o território brasileiro e, ao mesmo tempo, não altera a estrutura fundiária no país. Um número considerável de agricultores familiares no município de Saudades foi excluído do processo de modernização da agricultura, enquanto outros foram inseridos, mas de forma subordinada à dinâmica do grande capital. Diante disso, se destaca o papel das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, criadas a partir da década de 1990. Consideramos que estas representam um importante meio para a criação de novas alternativas e oportunidades capazes de ampliar a manutenção dos produtores familiares presentes no município. Tendo em vista a criação destas políticas de apoio à agricultura familiar, esta pesquisa teve como objetivo analisar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a fim de investigar em que medida esta política pública está possibilitando novos usos do território por parte dos agricultores familiares e sua relação com o desenvolvimento rural no município de Saudades-SC. A metodologia deste trabalho envolveu, além da pesquisa bibliográfica, o levantamento e análise de dados e informações de fonte primária e secundária. Dessa forma, constatamos que o Pronaf viabilizou alternativas produtivas no município que implicaram na diversificação destas propriedades. No entanto, isso não ocorre de maneira ampla e geral, pois em grande medida, o programa tem financiado a produção de grãos e atividades ligadas aos grandes complexos agroindustriais.

Palavras-Chave: Uso do território. Políticas públicas. Espaço rural. Agricultura familiar. Pluriatividade.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução dos Financiamentos rurais concedidos no país pelo Pronaf por número de contratos entre os anos de 2000 a 2012 .....	39
Gráfico 2. Evolução dos financiamentos rurais concedidos no país pelo Pronaf por volume total de recursos entre os anos de 2000 a 2012.....	40
Gráfico 3. Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Saudades – SC no ano de 2006.....	50

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Caracterização dos usos do território no espaço rural ao longo dos anos	42
<b>Figura 2:</b> Localização do município de Saudades no território do oeste catarinense	47
<b>Figura 3:</b> Atividades financiadas pelo Pronaf Custeio Agrícola e Custeio Pecuário no município	56
<b>Figura 4:</b> Estufa de verduras e plantação de milho do agricultor familiar nº1	62
<b>Figura 5:</b> Propriedade do Agricultor familiar nº5	63
<b>Figura 6:</b> Agroindústria familiar de panificação do agricultor familiar nº6	64
<b>Figura 7:</b> Avicultura do agricultor familiar nº3	65
<b>Figura 8:</b> Comercialização de ovos do agricultor nº 2	66
<b>Figura 9:</b> Feira Livre do agricultor familiar nº 4	66

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Modelos e características principais da agricultura brasileira.....	33
<b>Quadro 2.</b> Grupos de enquadramento dos beneficiários do Pronaf.....	37
<b>Quadro 3.</b> Linhas de crédito disponíveis para o Pronaf .....	38
<b>Quadro 4.</b> Classificação das seis famílias de agricultores familiares entrevistados segundo atividades realizadas na propriedade .....	59

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> População residente e situação do domicílio para o estado Santa Catarina e para o município de Saudades-SC no ano de 2010 .....	48
<b>Tabela 2.</b> Número e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar para o estado de Santa Catarina e o município de Saudades no ano de 2006. ....	49
<b>Tabela 3.</b> Produção agropecuária por quantidade produzida e efetivo de rebanhos de produtos selecionados no município de Saudades – SC, no ano de 2012. ....	51
<b>Tabela 4.</b> Pronaf- Número de contratos e montante de crédito disponibilizado no município de Saudades – SC no ano de 2012.....	52
<b>Tabela 5.</b> Pronaf- Montante de recursos disponibilizados através da CRESOL no município de Saudades entre os anos de 2005 a 2013.....	54
<b>Tabela 6.</b> Pronaf- Montante de recursos disponibilizados através da SICOOB no município de Saudades nos anos de 2012 e 2013 .....	54
<b>Tabela 7.</b> Número de estabelecimentos agropecuários e valor dos investimentos da agricultura familiar por tipo de investimento no município de Saudades, no ano de 2006.....	57

## LISTA DE SIGLAS

CAIs – Complexos Agroindustriais

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CRESOL - Sistema de Cooperativas de crédito Rural com Interação Solidária

DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf

DNTR/CUT - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MCR – Manual de Crédito Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

ONU - Organização das Nações Unidas

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAIC - S.A. Indústria e Comércio Chapecó

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. CARACTERIZANDO OS USOS DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO RURAL</b> ...	18
1.2 OS USOS DO TERRITÓRIO A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	23
1.3 UM NOVO USO DO TERRITÓRIO: A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRÁTICAS DE DIVERSIFICAÇÃO E PLURIATIVIDADE.....	26
<b>2. O PRONAF E OS (NOVOS) USOS DO TERRITÓRIO</b> .....	30
2.1 A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA ATÉ OS ANOS 1980 .....	30
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DOS ANOS 1990 .....	32
2.2.1 A criação do PRONAF na década de 1990.....	35
<b>3. OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE SAUDADES A PARTIR DO PRONAF</b> .....	43
3.1 COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE E OS USOS DO TERRITÓRIO DECORRENTES: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO .....	43
3.2 A TRAJETÓRIA DOS USOS DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE SAUDADES – SC .....	46
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE SAUDADES E O PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS .....	51
3.4 ANALISANDO OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO A PARTIR DO ESTUDO DE PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS NO MUNICÍPIO DE SAUDADES – SC .....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72
<b>APENDICÊS</b> .....	77

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o espaço rural brasileiro passou por inúmeras transformações, que podem ser caracterizadas por meio da introdução de novas formas de produção e uso do território. Por meio da modernização da agricultura, houve uma primeira mudança significativa no que se refere ao uso rural do território. Nesse momento, sobretudo na região sul do Brasil, a pequena produção mercantil policultora de base colonial, deixa a função de servir basicamente à produção do autoconsumo e comercialização do excedente, e passa à produção de monoculturas e *comodities*. Frederico (2013) afirma que se trata da expansão e consolidação da agricultura moderna, considerando que este modelo de produção e uso do território, que está fortemente vinculado ao capital e a tecnologia, é altamente dependente de insumos e agrotóxicos, e se desenvolve preferencialmente em grandes propriedades monocultoras, destinadas à exportação.

Este processo de modernização da agricultura, marcado pelo uso do território através do domínio do capital e das tecnologias, não foi alcançado por todos os agricultores. Uma considerável parcela da população rural passou a viver em condições precárias, seja no campo, seja na cidade. No último caso nos referimos à população que migrou para as periferias dos centros urbanos. Os agricultores familiares, objeto desta pesquisa, em grande parte, foram excluídos por este modelo de agricultura moderna ou subordinados ao grande capital que, segundo Graziano da Silva (1998) se inseriu na agricultura através da integração à grande agroindústria.

Na região Oeste de Santa Catarina, bem como no município de Saudades, a agricultura se caracteriza, em grande parte, pelo seu caráter familiar. Nesta região, a modernização da agricultura se deu principalmente através da integração do agricultor familiar às grandes agroindústrias de aves e suínos. O modelo agroindustrial da região serviu de base para o desenvolvimento econômico do oeste catarinense, no entanto, criou um ambiente de seleção e exclusão de agricultores. Isso ocorre, porque as agroindústrias elegem as propriedades rurais mais capitalizadas, e a maioria dos agricultores familiares não se adequam aos padrões exigidos por estas agroindústrias (FERRARI, 2003).

Por conta disso, nos últimos anos, os agricultores familiares vêm adotando dinâmicas diferenciadas, a fim de manter-se no espaço rural. Diante desse cenário e desta necessidade, surgem recentemente, políticas públicas específicas para esse grupo de agricultores, como

uma estratégia de melhoria das condições de vida no campo, criando elementos que possibilitem sua permanência e manutenção no espaço rural.

As políticas públicas específicas para a agricultura familiar surgem a partir da década de 1990, como um importante meio para a criação e/ou fomento de novas alternativas e oportunidades que garantam a manutenção dos agricultores familiares no espaço rural. Nesta perspectiva, se destaca o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma política pública que surge como ação do Estado com o objetivo de legitimar e fortalecer a agricultura familiar.

Um simples olhar sobre a paisagem do espaço rural de Saudades já evidencia que mudanças vêm ocorrendo, pois a agricultura familiar está alterando a sua forma de produzir e usar o território, buscando garantir a manutenção do agricultor no campo. A partir disso, faz-se importante analisar o papel e a influência da política pública do Pronaf na realidade destes agricultores familiares, que atualmente buscam melhorar suas condições de vida no campo, adotando diferentes estratégias que incluem a diversificação de cultivos, adoção de outras atividades econômicas, como em alguns casos, a agroindustrialização de seus produtos através de pequenas agroindústrias. Entre as novas estratégias no município destacamos a piscicultura, apicultura, pequenas agroindústrias de cachaça, panificadoras, criação de galos de raça, entre outros.

Dessa forma, este trabalho de conclusão propôs-se a pesquisar as implicações desta política pública junto aos agricultores familiares do município de Saudades, e seus reflexos sobre o território. Buscou-se assim, investigar e responder a seguinte problematização: *o Pronaf está possibilitando novos usos do território por parte dos agricultores familiares no município de Saudades? Em especial, esta política incentiva à diversificação nas propriedades rurais? De que forma ela estimula a produção de alimentos e práticas mais sustentáveis de produção no espaço rural do município?*

A importância e o interesse em estudar as políticas públicas destinadas à agricultura familiar se devem ao fato de se reconhecer que esta categoria de agricultores ocupa um papel de destaque no espaço rural brasileiro, pois é responsável por grande parte da produção agropecuária do país, sobretudo, na produção de alimentos. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, embora ocupando apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país, a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Nesse caso, destaca-se a produção de mandioca, feijão, milho, café e arroz. A agricultura familiar é responsável, por exemplo, por 87% da produção total de

mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café e 34% do total de arroz, produzido no Brasil. Também quando se trata da produção de alimentos de origem animal, a agricultura familiar se destaca. Ela é responsável por 58% da produção de leite, 59% dos suínos, 50% das aves e, 30% da produção total de bovinos do país (IBGE, 2006). No entanto, datam apenas dos anos 1990, as políticas públicas em favor destes agricultores familiares. Diante disso, se torna fundamental atualmente, pesquisar de que forma estas políticas públicas atendem os agricultores familiares, e da mesma forma verificar suas limitações e contribuições ao desenvolvimento rural.

Ademais, importa ressaltar que neste ano de 2014, foi decretado o Ano Internacional da Agricultura Familiar em 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), decisão esta que vem contribuindo para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar no mundo todo. Este fato demonstra a relevância em se estudar o tema agricultura familiar e especialmente as ações de apoio a este conjunto de agricultores, tendo em vista que segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), a agricultura familiar ocupa e assume um papel de importância no debate nacional e internacional, devido ao seu papel na erradicação da fome e da pobreza, na provisão de segurança alimentar, na proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, considerando a disseminação dos debates acerca da questão ambiental, dos impactos da modernidade em geral, e da modernização da agricultura em especial, é importante e necessário discutir o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, marcado pelo agronegócio exportador de *commodities* por um lado e, pela agricultura familiar produtora de alimentos por outro. Por isso, acredita-se que um maior conhecimento sobre o modo de vida da agricultura familiar é indispensável para a construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, baseado no fomento à diversificação de cultivos e atividades. Nesse sentido, não é difícil reconhecer que as políticas públicas para a agricultura familiar assumem um papel fundamental nessa construção. E, reconhecer a relação entre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural é o que se propõe nesta pesquisa.

Por sua vez, este trabalho é importante para a Geografia, pois é capaz de contribuir com uma discussão mais ampla em torno do debate sobre as mudanças do espaço rural brasileiro, pois relaciona os novos usos do território no campo com as políticas públicas para os agricultores familiares.

A opção por pesquisar o município de Saudades se deu pelo fato do mesmo se caracterizar pelo predomínio de pequenas unidades de produção com base familiar, da mesma forma como ocorre em toda região Oeste de Santa Catarina. Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), prevalece no município, uma agricultura baseada na pequena propriedade e na produção e mão de obra familiar, sendo que mais de 90% dos estabelecimentos agropecuários do município são representativos da agricultura familiar.

Esses dados demonstram a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento do município, e assim, justificam a importância de se estudar e conhecer esta categoria social no referido recorte espacial. A agricultura familiar tornou-se o tema desta pesquisa considerando que este trabalho possa dar visibilidade àqueles que buscam possibilidades e alternativas para permanecer no campo, ao dar ênfase aos usos do território.

De maneira geral, a razão pessoal que conduz esta pesquisa, da mesma forma que justifica sua importância, diz respeito ao fato desta autora ser filha de pequenos agricultores familiares e possuir uma considerável preocupação com as perspectivas da agricultura familiar na região, e em especial no município de Saudades.

Exposta a justificativa deste trabalho, importa ressaltar que o objetivo geral consiste em *investigar em que medida a política pública do Pronaf está possibilitando novos usos do território por parte dos agricultores familiares no município de Saudades que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável*. Esse objetivo principal desdobrou-se em outros de caráter específicos, que envolvem:

- a) Identificar os atores sociais envolvidos nesta política pública, evidenciando o papel de cada um no acesso e implementação dos projetos dos agricultores familiares;
- b) Analisar o Pronaf no que se refere às linhas e modalidades acessadas, volume de recursos obtidos, atividades e/ou tipo de produção financiada nos últimos 2 anos;
- c) Verificar as implicações desta política pública na organização e (re)estruturação de propriedades rurais selecionadas do município, verificando se o acesso ao Pronaf tem possibilitado novos usos do território;
- d) Analisar em que medida o Pronaf promove a diversificação nas propriedades, a produção de alimentos e práticas mais sustentáveis de produção, verificando assim, se a política mencionada contribui para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, para alcançar os objetivos da pesquisa, o desenvolvimento deste trabalho envolveu, além da pesquisa bibliográfica, o levantamento e análise de dados e informações de fonte primária e secundária. Esta pesquisa é de caráter qualitativo, pois conforme Paulilo (1999, p.135), “a investigação qualitativa adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos”. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos que envolvem os novos usos do território pelos agricultores familiares no município de Saudades.

Na etapa inicial do trabalho, foi realizado o levantamento bibliográfico a fim de estabelecer um referencial teórico da pesquisa, por meio de bibliografias específicas sobre as principais temáticas a serem abordadas. Esta etapa representou um dos principais elementos da pesquisa, isso porque fundamentou a construção do conhecimento sobre temática proposta, além de proporcionar discussões e análises mais profundas.

A segunda etapa refere-se à pesquisa e levantamento de dados de fonte secundária e primária. A realização da coleta de dados de fonte secundária sobre a política pública selecionada para a pesquisa, o Pronaf, se deu junto aos órgãos governamentais envolvidos no programa, tais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além da coleta de dados junto ao IBGE, através do Censo Agropecuário e Demográfico, bem como junto a órgãos públicos de escala municipal.

Os dados e informações de fonte primária foram obtidos através da realização de entrevistas. Estas entrevistas estiveram relacionadas às questões que orientam esta pesquisa: políticas públicas, agricultura familiar e usos do território. Num primeiro momento, buscou-se dados e informações que dizem respeito ao Pronaf no município de Saudades. Para isso, levantou-se informações junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (SINTRAF), Banco do Brasil, Sicoob e Cresol, bem como representantes do poder público municipal. Em um segundo momento, buscou-se levantar junto aos agricultores familiares do município de Saudades, se e como o Pronaf vem possibilitando novos usos do território e contribuindo para o desenvolvimento rural.

Assim, esta pesquisa buscou combinar dados quantitativos bem como os qualitativos de fonte primária que foram obtidos através de um roteiro de entrevistas semiestruturado, que foi realizado junto aos agricultores familiares que acessam as linhas de crédito do Pronaf e junto às organizações locais envolvidas (Apêndice A, B e C). Todas as entrevistas foram realizadas no município de Saudades, sendo que a amostra é composta por 9 entrevistas que correspondem respectivamente;

a) Agricultores familiares beneficiados pelo Pronaf: 6 entrevistas, buscando representantes das diversas linhas de crédito.

b) Instituições que concedem os financiamentos ao Pronaf: 2 entrevistas, neste caso com o Sicoob e Cresol.

c) Entidades responsáveis pela elaboração da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP): 1 entrevista, junto a ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (SINTRAF) do município.

Após as entrevistas, os dados qualitativos foram analisados e interpretados para a construção das análises da pesquisa.

Este trabalho encontra-se organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo procurou-se abordar a dinâmica do espaço rural, com base na perspectiva dos usos do território tal como nos trazem Santos e Silveira (2001). Assim, foi dada ênfase o uso do território no período colonial, no período da modernização da agricultura, e no período pós-modernização da agricultura, caracterizado pela emergência da categoria social agricultura familiar junto às políticas públicas específicas para este público. Isso se dá através da análise das variáveis técnicas que a cada período orientaram os usos do território pelos agricultores.

No segundo capítulo buscou-se analisar a intervenção do Estado brasileiro, através das políticas públicas e seus reflexos sobre a agricultura familiar. Nossa reflexão dividiu-se em dois períodos distintos: as políticas até os anos de 1980, que se caracterizam através de políticas agrícolas que incentivam a modernização da agricultura, e as políticas de desenvolvimento rural, a partir de 1990, quando se reconhece a importância econômica e social da agricultura familiar. Nesse período, daremos maior ênfase ao Pronaf.

No terceiro capítulo analisaremos o processo de ocupação do oeste de Santa Catarina, enfocando os usos do território decorrentes deste processo na região e no município de Saudades. Nesse capítulo se insere a dimensão local, através da caracterização do Pronaf no município de Saudades e o perfil dos agricultores familiares selecionados na pesquisa de campo. Para isso analisaremos dados referentes à dinâmica populacional; estrutura fundiária; principais cultivos e efetivo de animais; novas alternativas produtivas; número de contratos e volume de recursos disponibilizados pelo Pronaf no município; atividades financiadas.

Verificou-se que, de maneira geral, que o Pronaf viabilizou alternativas produtivas no município que implicaram na diversificação destas propriedades. No entanto, isso não ocorre de maneira ampla e geral, pois em grande medida, o programa tem financiado a produção de grãos e atividades ligadas aos grandes complexos agroindustriais. É importante destacar que em casos isolados, o Pronaf viabilizou alternativas produtivas que refletiram a diversificação destas propriedades, como no caso de agricultores entrevistados – piscicultor, produção de hortaliças e agroindústria familiar. Por fim, constam as referências bibliográficas e os apêndices, formados pelos roteiros de entrevistas.

## 1. CARACTERIZANDO OS USOS DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO RURAL

No Brasil, não diferente do que ocorreu em outros países, o espaço rural, durante muito tempo, foi entendido como sinônimo de atraso e local exclusivo de atividades agrícolas. Atualmente, se verifica uma nova dinâmica nesse espaço rural e por isso o mesmo não pode mais ser identificado como base de atividades essencialmente agrícolas. Graziano Da Silva, Grossi, Campanhola (2002) apontam para a emergência de um “novo rural”, composto por um conjunto de novas atividades agrícolas e não-agrícolas.

Assim, considerando essas mudanças, identificamos que ao longo da história, o espaço rural passou por diferentes períodos e transformações, que se caracterizam através da introdução de novas formas de produzir e usar o território. Nesse sentido, adota-se a proposta de Santos e Silveira (2001, p.27) os quais definem que o uso do território é determinado e construído pela sociedade, “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares”.

Desta forma, o objeto da análise desta pesquisa não é simplesmente o território rural do município de Saudades, mas efetivamente, os usos que a sociedade faz deste território. Assim, entende-se o território como resultado de uma “interação que se dá entre a sociedade e o meio, ou seja, pelos diversos tipos de uso e trabalho realizado, visto que não há ação, força ou trabalho social, que se dê fora do território ou que não o produza” (PEREIRA, 2005, p.16).

Sobre a importância de tornar o uso do território ou “território usado” a categoria de análise, Santos e Silveira (2001) apontam que

o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico (...) como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado. A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247).

Assim, o espaço geográfico neste trabalho é considerado, de acordo com Santos e Silveira (2001), como sinônimo de território usado. Neste caso, o território expressa a ação humana, levando em conta o que é produzido através do trabalho e uso da natureza por diferentes sujeitos. Isso explica a complexidade atual do território que mostra a necessidade de considerar e observar os diversos sujeitos que produzem o território, pois cada um imprime no espaço suas características e preferências, que se materializam através dos usos e das

atividades que desenvolvem. Nesse sentido, Pereira (2005) aponta os múltiplos agentes produtores do território. Compõem este grupo os homens, as empresas, os grupos sociais, o Estado e outras instituições, cada um conduzindo ações específicas.

Considerando estes diversos agentes e o uso que cada qual determinou ao território durante a história, se observa que a relação da sociedade com a natureza foi se modificando. Isso se deve ao emprego de diferentes técnicas, utilizadas e desenvolvidas pela sociedade em cada momento da história de organização do território. Dessa forma, parte-se da ideia que os usos do território são diferentes nos lugares e no tempo (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No início da história do homem, as pessoas criavam técnicas apenas para obter da natureza os elementos essenciais para a sobrevivência. Conforme Santos e Silveira (2001, p. 27) “a unidade, então era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais”. Todavia, Santos (1992) também descreve esse período,

*Ontem, o homem escolhia, em torno, naquele seu quinhão de Natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação de sua vida: espécies animais e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas. Esse pedaço de mundo é, da Natureza toda de que ele pode dispor, seu subsistema útil, seu quadro vital. (...) é o tempo do Homem amigo e da natureza amiga (SANTOS, 1992, p. 96).*

No período da colonização por imigrantes europeus e seus descendentes, sobretudo no oeste catarinense, os agricultores utilizaram o território basicamente para a produção diversificada para o autoconsumo e venda do excedente. Segundo Schneider (1999), a produção era voltada para o autoconsumo. Produzia-se diversos gêneros agrícolas destinados primeiramente à alimentação da família, somente após atender esta finalidade, é que o colono produzia excedentes para colocar no mercado (GAZOLA, 2004).

A forma de produzir adotada por estes imigrantes segundo Schneider (1999, p. 22) denominada de “sistema produtivo colonial, compreendia três fases, o desmatamento, o arroteamento e a rotação de terras”.

*Tanto na América do Norte, quanto no Brasil, o colono nos primeiros anos de trabalho na mata adota o sistema da queimada e da rotação de terras e planta com o emprego da enxada, sobretudo, milho, feijão e abobora com que engorda porcos. Com exceção da criação de porcos, este sistema foi inteiramente adotado dos índios, e isto por que é um sistema muito simples, barato e em poucos meses já permite obter alimentos para toda a família (WAIBEL, 1955, p. 413).*

Ferrari (2003) destaca que a principal estratégia de reprodução social destes agricultores migrantes estava baseada nas atividades agrícolas. Entretanto, nesta região, os

colonos, descendentes de alemães e italianos, desenvolveram também atividades artesanais. Esta combinação da agricultura com o artesanato permitiu aos colonos, segundo o autor, estabelecer diferentes estratégias de garantia de sua reprodução social. A produção artesanal também foi responsável pela inserção dos colonos na divisão social do trabalho.

Junto com a agricultura e o artesanato desenvolveu-se, na colônia velha, um vigoroso sistema comercial (...) os colonos produziam e comercializavam produtos agrícolas como milho, feijão, mandioca e batata-inglesa, que eram levados e vendidos pelos donos das casas de comércio, de onde também traziam os produtos manufaturados como tecidos, ferramentas e produtos alimentares como sal, açúcar, café e outros, que não eram produzidos na Colônia (SCHNEIDER, 1999, p.23).

Contudo, especialmente a partir da década dos anos 1940 na região oeste catarinense, ocorreu a expansão das relações comerciais entre os agricultores e o mercado. O crescimento das relações com o comércio local acontece primeiramente, através da cultura e comercialização do fumo e mais tarde com a produção de suínos, e comercialização da banha (FERRARI, 2003).

Plein (2003, p.80) menciona que apesar da produção de fumo e banha não representarem a modernização tecnológica nas propriedades, estas atividades demonstram a transição da agricultura colonial. Estas atividades provocam uma maior “especialização dos processos produtivos” e, atrelado a isso, está o aumento da produção e mão de obra familiar. De outro lado, essas atividades também provocaram uma maior integração aos mercados e ao comércio.

Com isso, aos poucos o uso do território foi se modificando. Isso se dá principalmente através do avanço das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, que se intensifica a partir da década de 1960, com a chamada Revolução Verde (BALSAN, 2006). Neste contexto, o uso do território assumiu novas características, isso por que passou-se a utilizar o território, sobretudo para o cultivo de monoculturas, a partir do uso da tecnologia, dos agrotóxicos e das sementes híbridas e posteriormente transgênicas, que possibilitam o aumento da produtividade agrícola. Kageyama apud Plein (2003, p.85) entende a modernização da agricultura através de uma nova maneira de produzir, e na perspectiva aqui defendida, de usar o território.

É um processo que ganha dimensão nacional no pós guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, a base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva,

mecanizada, enfim numa nova maneira de produzir (KAGEYAMA apud PLEIN, 2003, p.85).

Para Santos e Silveira (2001) o novo uso agrícola do território no período da modernização da agricultura resulta essencialmente das inovações técnicas e organizacionais.

O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território (SANTOS, 2001, p. 118).

Para Graziano da Silva (1998, p.3) essa agricultura moderna representa a “subordinação da natureza ao capital” e rompe com as relações de produção baseadas na subsistência, quando as pessoas criavam técnicas apenas para obter da natureza os elementos essenciais para a sobrevivência. Gazolla (2004) aponta que a produção de alimentos destinada ao consumo familiar, característica própria destes agricultores no período colonial, sofre um processo de mercantilização. Isso se deve, em grande parte, ao processo denominado pelo autor de especialização produtiva, que se dá através do plantio de grãos e *commodities* agrícolas e do uso de tecnologias no campo.

Mendonça (2004) defende que é fundamental pensar a modernização da agricultura a partir da modernização do território, pois as principais transformações na agricultura estão relacionadas à implantação de infraestruturas e técnicas modernas no espaço rural. Através disso, o desenvolvimento e expansão desta agricultura moderna está atrelada à modernização do uso do território, uma vez que o homem cria cada vez mais instrumentos e técnicas para dominar a natureza, através da mecanização e da tecnologia.

Ademais, Mendonça (2004, p. 174) ressalta que o acesso ao capital e as técnicas modernas “ocorreu e está ocorrendo de forma diversa e altamente seletiva, configurando ‘ilhas de modernidade’”. Isso ocorre porque a modernização da agricultura se deu de maneira parcial, pois ao mesmo tempo em que permitiu a uma minoria aliar tecnologia e alta produtividade, uma grande parcela da população rural passou a viver em condições precárias no espaço rural.

Nesta perspectiva, este modelo de produção e uso do território pautado na modernização agrícola, apesar do avanço tecnológico e da produtividade aumentada, traz diversas consequências negativas, como a ampliação das desigualdades sociais, degradação ambiental e o êxodo rural. Segundo Camacho (2012, p.3), este modelo de agricultura segue a

mesma lógica desigual e contraditória das relações capitalistas, pois “quanto mais se produz, mais gera exploração do homem e da natureza”.

Federico (2013, p.55) denomina este processo de “modernização excludente do campo”, considerando que a concentração fundiária, o uso intensivo da tecnologia, máquinas e equipamentos, excluem do espaço rural os pequenos agricultores familiares. Esse processo de modernização agrícola segundo o mesmo autor, promoveu o crescimento e a importância das cidades, pois em grande medida os excluídos do campo migram para as cidades em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, as cidades se tornaram “espaços luminosos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264), pela concentração de infraestruturas e serviços modernos, e pela possibilidade de atrair também “atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização”.

Segundo Balsan (2006) a estratégia da modernização agrícola diante da inovação tecnológica além dos impactos econômicos e sociais provocados, ocasiona graves consequências ambientais.

O processo de modernização agrícola, se por um lado aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos ambientais indesejáveis. Os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos (BALSAN, 2006, p. 141).

Diante desse cenário, é preciso repensar o atual modelo de desenvolvimento rural, pois segundo Campos (1999) este,

(...) desenvolvimento rural atrelado a uma dependência tecnológica cada vez maior tem acarretado consequências profundamente negativas, que vão desde a configuração de um processo crescente de exclusão social e econômica de grande parte da população até as repercussões ambientais, tais como esgotamento de terras e contaminação ambiental, causando, com isso, um comprometimento da potencialidade produtiva dos recursos naturais de grande parte dos municípios (CAMPOS, 1999, p.320).

Frente a isso, Campos (1999, p.320) aponta que se faz necessário pensar e construir um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que leve em consideração a importância de se criar “uma estrutura produtiva economicamente eficiente e socialmente equitativa, tendo por base a pequena propriedade agrícola”. Ou seja, priorizar as formas de produção e uso do território que ao mesmo tempo assegurarão a manutenção social e econômica do agricultor familiar, mas também irão contribuir com a preservação e renovação dos recursos naturais, bem como com a segurança alimentar e nutricional da população em geral.

Nessa perspectiva ainda, é necessário ressaltar e citar que grande parte dos agricultores familiares, objeto de pesquisa neste trabalho, foram excluídos por este modelo de agricultura moderna. Este grupo de pequenos agricultores rurais familiares foi forçado a criar novas estratégias e alternativas a fim de sobreviver e manter-se no espaço rural, ou migraram para as cidades. Para isso, adotaram dinâmicas diferenciadas, que se caracterizam através de um processo de diversificação de cultivos e atividades na propriedade e fora dela. Dessa forma, os produtores familiares adotam outro uso do território, tendo em vista que as técnicas empregadas e a infraestrutura disponível não é a mesma da agricultura moderna. A pluriatividade é a principal característica deste novo uso do território.

## 1.2 OS USOS DO TERRITÓRIO A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O período denominado modernização da agricultura, que se intensifica após a década de 1960, corresponde ao processo de industrialização da agricultura. Isso se dá com as transformações de base técnica da produção agrícola, que introduzem no campo as inovações tecnológicas através de insumos, máquinas e equipamentos, com o objetivo de aumentar a produtividade (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Após esta década diversas transformações ocorreram no espaço rural, modificando os usos do território.

Pertile (2008) cita como principais mudanças neste período à intensificação da mecanização e aumento do uso de adubos químicos e agrotóxicos. Na agricultura familiar, este momento se caracteriza através da especialização da produção. O agricultor manteve certa diversidade em sua propriedade. No entanto, passam a existir uma ou duas atividades principais que respondem por grande parte da renda da família. Este é o caso da especialização da suinocultura e avicultura na região oeste catarinense, a qual levou um grande número de agricultores familiares a se integrarem às agroindústrias instaladas na região.

Estas alterações no modo de produzir e usar o território na modernização agrícola, provocaram uma “reorganização do espaço geográfico, adequando-o às novas condições de produção determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos”, que no contexto do oeste catarinense é representado principalmente pelas agroindústrias (BALSAN, 2006, p. 130).

Assim, na região Oeste de Santa Catarina, e particularmente no município de Saudades, a modernização da agricultura se deu, sobretudo através da integração do agricultor familiar às agroindústrias. Isso ocorre a partir dos anos de 1960, momento a partir do qual se desenvolvem na região as grandes agroindústrias, especificamente através da produção de suínos e aves. Através disso, surgem também os frigoríficos, que formaram um dos maiores complexos agroindustriais de carne do Brasil (PLEIN, 2003).

Isso se dá, segundo Espíndola (1996, p.36), em um momento “marcado pela expansão das atividades industriais, aceleração do processo de urbanização e a diminuição do abate de suínos pelos frigoríficos multinacionais e nacionais instalados em São Paulo e arredores”. Este cenário estimulou a instalação das agroindústrias no oeste catarinense, dando continuidade à expansão da produção e comercialização de suínos, com base na pequena produção familiar. Destacam-se as agroindústrias, Sadia, Perdigão, Seara e S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), consolidadas neste setor como as principais do estado de Santa Catarina naquele período.

A relação destas agroindústrias com os agricultores foi denominado de “sistema de integração”. Neste sistema, o agricultor fornece a mão de obra e as instalações físicas, enquanto as grandes agroindústrias são responsáveis pelo fornecimento de assistência técnica e insumos para a produção. Este sistema é utilizado pelas agroindústrias de suínos e aves e é “a maneira mais utilizada para o fornecimento da matéria prima às empresas. Esse sistema é fundamental para manter o controle da qualidade dos suínos que chegarão aos frigoríficos (ALBA, p. 117)”.

A adoção do sistema de integração faz parte do projeto modernizante da agricultura brasileira, com o objetivo explícito do aumento da produção e da produtividade agrícola; do estabelecimento de novas relações de produção e da dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, isto é, do aumento considerável da composição orgânica do capital (ESPÍNDOLA, 1996, p.121).

Dessa forma, a adoção deste sistema aumentou cada vez mais a subordinação dos agricultores familiares à agroindústria, porque os produtores tanto de aves como de suínos foram forçados a seguir um determinado padrão produtivo. Neste sistema de integração, o agricultor familiar se torna, em grande parte, dependente das agroindústrias, pois é esta que fornece os insumos para a produção e estipula o preço que o agricultor receberá pelo produto. Além disso, o agricultor familiar necessita constantemente se adequar as exigências de

tecnologia e produtividade impostas pelas agroindústrias (NIEDERLE; EXTERCKOTER, 2012).

Para Ferrari (2003, p. 37) estas mudanças exigidas pela agroindústria no sistema de produção e comercialização dos suínos têm como objetivo principal “ampliar o controle do capital agroindustrial sobre o processo produtivo”, diminuindo a autonomia e aumentando a dependência do agricultor familiar.

Nesse sentido, Pertile (2008) acrescenta que,

Nesse sistema de produção, os produtores criam os animais em sua propriedade seguindo, rigorosamente, os acordos e prescrições técnicas, previamente estabelecidas pela empresa. A efetivação desses contratos resulta em consequências diversas para os produtores, a exemplo da perda da autonomia e de sua identidade cultural. Portanto, apesar de serem proprietários, os agricultores familiares não possuem autonomia sobre boa parcela das decisões tomadas em sua pequena propriedade (PERTILE, 2008, p.140).

Nesse contexto, os agricultores familiares estão em suas propriedades e empregam a força de trabalho para a produção, mas são trabalhadores da agroindústria, se tornam “úteis ao capital”, pois servem e atendem as empresas nas quais estão integrados. Por isso, sua autonomia é aparente, considerando que os agricultores são “(des)possuídos da condição de dirigentes do processo” (WANDERLEY apud PERTILE, 2008, p. 101).

Na medida em que se acentuou a modernização da agricultura e com este modelo produtivo da integração, gerou-se uma modernização seletiva no campo. Nesse sentido, Hespanhol (2003) afirma que apenas uma parcela de produtores foram integrados a este sistema que representou a articulação da pequena produção ao capital agroindustrial. Isso ocorre essencialmente devido à grande exigência de incorporações tecnológicas. E para aquela parcela de pequenos produtores que não apresentava as “pré-condições para se integrarem ou para participarem do processo de modernização, em virtude de seu caráter altamente seletivo, restou à exclusão” (HESPANHOL, 2003, p.48). Nas décadas seguintes, anos 1980 e 1990, segundo Mior (2003), o que se observa na região oeste do estado é um processo de crise regional devido à exclusão de parte significativa da agricultura familiar do processo de integração agroindustrial. Segundo este autor, nestas décadas ocorre

(...) a emergência de uma crise na inserção socioeconômica de parte significativa da agricultura familiar, resultante de mudanças técnicas e organizacionais introduzidas pela agroindústria convencional dominante, como a intensificação da suinocultura especializada, sobretudo nos últimos 15 anos. Essa mudança leva à intensificação da escala e, por conseguinte, à concentração da produção e, seu par, a exclusão e crise

de parte significativa da agricultura familiar do sistema de integração (MIOR, 2003, p.78).

A partir dos elementos que configuram uma crise regional, os agricultores familiares buscam alternativas estabelecendo novos usos do território que vão muito além da produção de animais para as agroindústrias. Nesse sentido, Rambo (2012) aponta que no Oeste Catarinense os pequenos produtores rurais persistem, ao lado do grande capital agroindustrial, ou complexos agroindustriais (CAIs), criando alternativas de produção e comercialização. São esses novos usos que se pretende abordar na seção seguinte.

### 1.3 UM NOVO USO DO TERRITÓRIO: A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRÁTICAS DE DIVERSIFICAÇÃO E PLURIATIVIDADE

Os reflexos da modernização da agricultura fizeram com que os agricultores, que não conseguiram acompanhar o processo, mas que sofreram suas consequências, se organizassem através de diversos movimentos sociais, reivindicando ações e políticas públicas mais adequadas a esta categoria social.

Nesta perspectiva, Copetti (2008, p. 29) assegura que foi a partir do avanço do sistema capitalista e da modernização agrícola no campo, que “a pequena produção agrícola se metamorfoseou, transformando-se na categoria social atualmente denominada agricultura familiar”. Este termo ganha expressão somente a partir da década de 1990 com a mobilização dos movimentos sociais que reivindicavam um conjunto de medidas e ações em defesa dos pequenos produtores rurais enfatizando sua importância econômica-produtiva. Segundo Schneider (1999),

o uso do termo surgiu principalmente ligado aos embates dos movimentos sociais e aos desafios que o sindicalismo rural passou a enfrentar a partir dos anos de 1980, especialmente em consequência dos impactos gerados pela exclusão dos pequenos produtores das principais políticas públicas voltadas para o setor (como o crédito agrícola). Assim, com a mobilização e a organização política dessa categoria social, o Estado viu-se pressionado a reconhecer sua importância, passando a formular algumas políticas públicas com a finalidade de prover crédito e apoio institucional a esta categoria de pequenos agricultores, a partir de meados da década de 1990 (COPETTI, 2008, p. 30).

Com isso a expressão agricultura familiar passa a ganhar cada vez mais destaque, tanto no meio acadêmico quanto no meio político. Dessa forma, o reconhecimento e a legitimação

desta categoria social, se dão principalmente através de suas estratégias particulares de produção, ou seja, de novos usos tanto econômicos quanto políticos, que vem se demonstrando como uma forma de organização social e econômica de importantes possibilidades, pois é capaz de manter e fortalecer a agricultura familiar em um ambiente cada vez mais competitivo (COPETTI, 2008, p.30).

Nesta perspectiva, a agricultura familiar é concebida não como um “mero resíduo no contexto das transformações capitalistas, mas como uma forma de produção que, sob condições favoráveis, pode se transformar num elemento estratégico no processo de desenvolvimento econômico e social do país”. Isso se dá a partir da política de governo que nos anos de 1990 nomeou esta categoria de produtores como protagonistas do desenvolvimento rural, principalmente através da implementação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (HESPANHOL, 2000, p. 94).

A agricultura familiar, segundo Abramovay (1997), pode ser definida através de seis características básicas:

a gestão é feita pelos proprietários; - os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; - o trabalho é fundamentalmente familiar; - o capital pertence à família; - o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; - os membros da família vivem na unidade produtiva (ABRAMOVAY, 1997, p. 74).

Na região oeste, ao mesmo tempo em que a agricultura familiar é reconhecida através das políticas públicas na década de 1990, a mesma esteve diante de um cenário de crise regional do modelo centrado na grande agroindústria. No entanto, muitos agricultores familiares enfrentaram esta crise através da construção de dinâmicas diferenciadas a fim de assegurar as condições sociais e econômicas necessárias para se manterem em suas propriedades. Nesse sentido Ferrari (2003) assegura que

o contexto de crise para o Oeste catarinense, não significa de forma alguma o esgotamento do modelo de produção associado à agricultura familiar, senão a necessidade de repensar o modelo de crescimento econômico implantado na região – concentrador, seletivo e excludente – criando novas oportunidades (FERRARI, 2003, p. 127).

Em relação a este aspecto, Carneiro (2006) também explica como os agricultores familiares superaram esta crise:

O agricultor teve de reinventar a sua ocupação demonstrando uma grande capacidade inovadora que lhe permitiu permanecer no campo e inventar uma nova

lógica de funcionamento do seu estabelecimento e da distribuição da capacidade de trabalho (...) a base espacial de sua atividade não seria mais somente a propriedade ou o estabelecimento familiar, mas um território específico. Ele estaria atento a todas as alternativas de trabalho e as potencialidades apresentadas em um território (CARNEIRO, 2006, p.181).

O que se observa, é que a agricultura familiar que em grande parte não se integrou a agroindústria, passou a adotar dinâmicas diferenciadas, que se caracterizam por um processo de diversificação de cultivos e atividades na propriedade e fora dela. Diante disso, surge um novo uso do território, tendo em vista que as técnicas empregadas e a infraestrutura disponível não é a mesma da adotada pela agricultura moderna. A principal característica deste novo uso do território é a pluriatividade, que se aproxima do ideal de uma agricultura de desenvolvimento sustentável, pois, segundo Cruz (2007), inclui a diversificação de cultivos e atividades na propriedade, a autonomia dos produtores, a produção de alimentos, e práticas baseadas na responsabilidade ambiental.

Frente a isso, entende-se a pluriatividade como uma estratégia familiar de reprodução social e econômica, que corresponde ao processo de diversificação dentro e fora da propriedade e a emergência de novas atividades que ganham lugar no espaço rural (SCHNEIDER, 2009). Desse modo,

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...] A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (FULLER apud SCHNEIDER, 2009, p. 85).

Diante desse cenário, Graziano da Silva et al (2002) apontam para a emergência de um “novo rural”, composto por um conjunto de novas atividades agrícolas e não-agrícolas. Essas novas atividades já existiam há muito tempo, mas só recentemente adquiriram importância econômica. Ou seja, são dadas novas funções a antigas formas e processos (SANTOS, 2008). Entre as atividades que foram transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no espaço rural, citadas pelos autores, estão piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.

Sobre as atividades rurais não-agrícolas que também se revelam neste período, Medeiros (2006) destaca que houve uma “re-valorização de atividades rurais não-agrícolas decorrentes das transformações do meio rural que passa ser lugar de moradia, de turismo, de

lazer e de prestação de serviços. Também, as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente fazem parte deste processo” (RAMBO, 2012, p. 34).

Alguns autores entendem que a pluriatividade é resultado deste “novo rural”, considerando-a como uma consequência do empenho dos agricultores familiares que buscam a diversificação como um meio de inserção nos mercados que se abrem. A partir disso, se quer demonstrar que “é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias” (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p.41).

É preciso ampliar a velha noção de setor agropecuário para além das atividades produtivas tradicionais (como cultivos e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de “serviços” (tais como lazer, turismo, preservação do meio ambiente, etc) e de bens não-agrícolas, como moradia, transporte, artesanato, incluídas aí também novas formas modernas de trabalho a domicílio que permitam absorver parte da força de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 184).

Frente ao exposto, observa-se que o espaço rural do oeste catarinense também vem adotando uma nova configuração econômica e social, emergindo um contexto das novas funções e usos do território que o espaço rural tem assumido. As principais mudanças na região oeste do estado catarinense ocorreram no “trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere ao crescimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural” (FERRARI, 2003, p. 44).

O crescimento das atividades não agrícolas no oeste catarinense ocorre na região principalmente devido à diminuição de postos de trabalho na atividade agrícola a partir de 1995. Com isso, para esta parcela de agricultores catarinense que não conseguiram manter-se nas atividades agrícolas, resta a possibilidade de buscar alternativas em novas atividades e em atividades não-agrícolas (FERRARI, 2003). Isso demonstra que continuamente a agricultura familiar cria novos usos do território, pois a cada momento necessita buscar estratégias econômicas viáveis no espaço rural.

Nesse cenário, as políticas públicas parecem ter um papel importante no fomento à diversificação e à pluriatividade. Sendo assim, Na sequência, será abordada a mudança no foco das políticas destinadas ao espaço rural, inicialmente caracterizadas mais fortemente por um viés agrícola, passando a ter uma viés de desenvolvimento rural, a partir dos anos 1990. Será destacada a política do Pronaf, mais antiga e mais ampla política pública destinada exclusivamente à agricultura familiar.

## 2. O PRONAF E OS (NOVOS) USOS DO TERRITÓRIO

Ao longo do tempo, o espaço rural foi marcado pelas diversas mudanças que ocorreram na base técnica e produtiva da agricultura, sobretudo através da introdução de novas formas de produção e uso do território. Gazolla (2004) defende que esse processo de transformações no campo, só foi possível devido à intervenção do Estado, que fundamentalmente financiou e promoveu a modernização da base técnica da agricultura.

Ortega (2008, p. 83) afirma que “as políticas públicas abrem novas possibilidades para o desenvolvimento dos territórios rurais, mesmo os deprimidos”. Dessa forma, neste capítulo busca-se analisar as políticas públicas implementadas pelo Estado na agricultura, a fim de observar e destacar como este processo ocorre durante a história, especialmente como se deu a inserção dos agricultores familiares nestas políticas.

### 2.1A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA ATÉ OS ANOS 1980

Historicamente, as políticas públicas para o espaço rural voltavam-se especialmente aos grandes produtores e a determinados produtos agrícolas. Apoiava-se, sobretudo a produção destinada à exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias. Por conta disso, pode-se dizer que este modelo de política pública possuía “caráter setorial e cunho essencialmente produtivista”, tendo em vista que apenas os grandes produtores rurais tinham acesso e eram favorecidos por estas políticas (HESPANHOL, 2007).

Nesta perspectiva, Mattei (2001) destaca que a parcela dos agricultores familiares foi suprimida por este conjunto de políticas públicas. Assim, explica o autor,

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos campos do crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção (MATTEI, 2001, p. 1).

Gazolla (2004) aponta que foi a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965, que o Estado brasileiro se empenha efetivamente na construção de uma política de modernização e industrialização da agricultura. A criação do SNCR viabilizou a modernização do setor agropecuário através da disponibilização recursos financeiros.

O governo federal através desta política de crédito rural buscou aumentar a produção e produtividade da agricultura, a fim de criar um excedente agrícola destinado ao mercado externo com baixo custo de produção para se inserir de forma mais competitiva no mercado internacional (FÜRSTENAU, 1987). Isso se deu através do crédito rural subsidiado, excepcionalmente aos grandes produtores rurais para o investimento, comercialização e custeio da produção, estimulando alterações de base técnica na agricultura (HESPANHOL, 2007).

Nessa perspectiva, Veloso (2011) defende que

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na década de 1960 foi o marco para o processo de modernização da agricultura. Através desse sistema de crédito rural farto, o governo brasileiro ofereceu recursos altamente subsidiados para a aquisição de maquinários e de insumos do pacote tecnológico da Revolução Verde, configurando-se no principal vetor da modernização da agricultura (VELOSO, 2011, p.27).

Segundo Fürstenau (1987, p.145) o texto da lei nº 4.829, que cria o SNCR, menciona a destinação de recursos aos pequenos produtores. No entanto, esta foi somente uma “proposta formal das autoridades”, pois desde o início concentrou os recursos nas mãos dos grandes produtores.

Nesse contexto, a agricultura familiar não foi incluída nesta política de crédito rural. Desse modo, Hespanhol (2007) ressalta que

O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso á terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades de alterar a base técnica da produção e permanecer no campo (HESPANHOL, 2007, p. 274).

Ainda segundo Hespanhol (2007), este padrão de financiamento baseado no crédito rural com baixas taxas de juros se esgotou no final dos anos 1970 e início da década de 1980,

devido à crise fiscal do Estado brasileiro que compromete e diminui o financiamento por meio de recursos públicos.

A década de 1990 marca um novo período no cenário das políticas públicas, através da criação de uma política pública específica para a chamada agricultura familiar, como será tratado a seguir.

## 2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DOS ANOS 1990

A década de 1990 representa uma mudança efetiva no cenário das políticas públicas de desenvolvimento rural. Os agricultores familiares que historicamente ficaram à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas públicas, são reconhecidos através da institucionalização de programas específicos e direcionados para esse segmento produtivo.

Assim, existem dois fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural a partir dos anos de 1990. Primeiro, se destacam as reivindicações dos movimentos sociais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT). Estas organizações lutaram por uma política agrícola diferenciada para os agricultores familiares. Isso se dá através das manifestações públicas como, por exemplo, o “Grito da Terra Brasil”, realizado em 1995 (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Outro elemento que é considerado fundamental é o estudo realizado pela FAO/INCRA, que resultou na publicação do relatório em 1994, que

Define com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 21).

Este relatório, mais tarde, serviu de base para a elaboração do primeiro programa direcionado a categoria dos agricultores familiares, o PRONAF (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

A partir disso, nos anos de 1990, segundo Hespanhol (2000), a agricultura familiar começa a ser reconhecida como importante categoria social para o desenvolvimento do país. A publicação do relatório da FAO/INCRA (1994) demonstrou a capacidade e o potencial econômico deste segmento produtivo, a partir de dados que confirmam a grande influência da agricultura familiar no volume total da produção agropecuária nacional, e para geração de emprego e renda no meio rural.

Este relatório buscou caracterizar e diferenciar as principais formas de produção da agricultura brasileira. De acordo com o referido estudo, é possível classificar dois modelos diferentes de produção. Trata-se do modelo da agricultura patronal e da agricultura familiar, conforme são caracterizados no quadro 1.

**Quadro 1.** Modelos e características principais da agricultura brasileira

<b>MODELO PATRONAL</b>	<b>MODELO FAMILIAR</b>
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias buscam principalmente a redução de necessidades de mão de obra	Decisões tomadas “in loco”, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

**Fonte:** FAO/INCRA apud Hespanhol (2000, p. 94).

A partir desta caracterização, o relatório revelou que, em 1985, o total de estabelecimentos agropecuários existentes no campo brasileiro era estimado em 5,8 milhões. Deste total, 1,4 milhões representam o modelo patronal, enquanto que, aproximadamente 4,4 milhões eram unidades produtivas familiares. Dessa forma, 75,86% do total de estabelecimentos agropecuários no ano de 1985, empregam o modelo familiar de produção. No entanto, essas unidades produtivas familiares tão representativas para a agricultura brasileira, ocupavam apenas 22% da área total e tinham acesso a 10,7% apenas do montante de recursos aplicados no crédito rural (HESPANHOL, 2000).

O relatório demonstrou ainda que os agricultores familiares,

(...)foram responsáveis em 1985 por cerca de 30% do valor total da produção agropecuária nacional, contavam com 54% do pessoal ocupado na agricultura (correspondendo a 12,6 milhões de pessoas). Foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 79% do feijão, 69% do milho, 66% do algodão, 37% do arroz e 26% do rebanho bovino (HESPANHOL, 2000, p.94).

Isso demonstrou de certa forma, o reconhecimento da importância da agricultura familiar como geradora de alimentos, emprego e renda no espaço rural. Nesse contexto, e vinculado às reivindicações dos movimentos sociais do campo, o governo brasileiro foi pressionado a incorporar esta categoria de agricultores no conjunto das políticas públicas, considerando que este segmento de agricultores sempre ocupou uma posição marginal no que se refere às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Como resultado disso, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Com esta política, o Estado validou e reconheceu a legitimidade da agricultura familiar. Este programa foi regulamentado pelo Decreto 1.946 de 28/06/1996. Com ele, o governo federal objetiva “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda” (VELOSO, 2011, p. 39).

Veloso (2011) aponta outro aspecto que marca as políticas públicas a partir da década de 1990. É a passagem do enfoque setorial para um enfoque territorial, que passou a considerar a diversidade que compõe o espaço rural e a particularidade de cada local.

Nesse sentido, Hespanhol (2007) ressalta que

Nos anos de 1990, ocorreram mudanças importantes na maneira de entender o campo, pois passaram a ser consideradas, pelo menos em tese, as especificidades locais/regionais na formulação de políticas públicas. Com isto, se procurou favorecer a representação dos atores sociais por meio das suas formas de organização coletivas na elaboração e implementação de políticas voltadas ao meio rural (HESPANHOL, 2007, p. 275).

Na seção seguinte, será tratado especificamente sobre o Pronaf, foco da presente pesquisa.

### 2.2.1 A criação do PRONAF na década de 1990

O Pronaf foi institucionalizado e regulamentado como um programa governamental que através de diferentes ações busca promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Em junho de 1996, o programa passou a integrar o Orçamento Geral da União e, partir daquele ano, o Pronaf tem se estabelecido como a principal política pública de apoio aos agricultores familiares (HESPANHOL, 2000).

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p.23).

Assim, Carneiro (1997) destaca que a escolha da agricultura familiar como protagonista da política pautada no desenvolvimento rural, demonstra e indica que ocorrem mudanças na concepção das políticas públicas. Nesta perspectiva, a autora entende que o fato deste programa incluir a parcela dos agricultores familiares representou um grande avanço em relação às políticas anteriores.

No entanto, o programa passou por inúmeras modificações até atingir o formato atual. Mattei (2001) ressalta que o processo de mudanças na política agrícola teve início a partir de 1994, quando o governo brasileiro de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). A proposta deste programa era destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares.

O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como “mini-produtores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 22).

A partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP, foi totalmente reformulado, sendo que estas modificações deram origem ao Pronaf em 1996. Nesta perspectiva, Rambo (2011, p. 98) aponta que neste ano o Pronaf “adquiriu status de programa governamental passando a integrar o Orçamento Geral da União, com R\$ 10 milhões que seriam aplicados em infraestrutura rural nos municípios e em capacitação dos produtores rurais familiares”.

Veloso (2011, p.41) cita a ocorrência de mudanças no quadro institucional do programa a partir de 1999, quando o Pronaf deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), e foi incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando para o âmbito da Secretariada Agricultura Familiar (SAF). O mesmo autor aponta ainda outra mudança no programa, relacionada ao Pronaf Infraestrutura. Segundo este, “mudou o foco de ação em 2003, passando da escala municipal para a territorial”, no momento em que passa a ser gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Com relação ao público-alvo, o programa atende especificamente os agricultores familiares e trabalhadores rurais que utilizem mão de obra familiar, podendo ter até dois empregados permanentes. Além disso, estes agricultores devem residir na propriedade, possuir pelo menos 80% da renda familiar bruta anual proveniente de atividades agropecuária se não devem explorar área superior a quatro módulos fiscais (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p.23).

Cancelier (2007) ressalta que, para obter os créditos do Pronaf no ano de 1999, os agricultores foram divididos e classificados em seis grupos – A, B, A/C, C, D, E. O grupo A era formado pelos agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Os demais foram definidos de acordo com renda familiar e mão de obra utilizada na propriedade. A disponibilização dos recursos também ocorre de forma diferenciada, considerando que os valores de crédito disponíveis são distintos para cada grupo.

Nesse sentido, cabe ainda destacar que no ano de 2008, ocorreu uma nova mudança na classificação dos grupos beneficiários do Pronaf, através da extinção dos grupos C, D e E, os quais foram agrupados em uma nova categoria chamada genericamente de agricultores familiares. Os grupos A, B e A/C continuaram existindo para fins de enquadramento funcional (VELOSO, 2011).

O quadro 2 apresenta os grupos de enquadramento dos beneficiários do Pronaf, segundo a atual classificação do Manual de Crédito Rural (MCR).

**Quadro 2.** Grupos de enquadramento dos beneficiários do Pronaf

<b>GRUPOS</b>	<b>BENEFICIÁRIOS</b>
<b>A</b>	São enquadrados os assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que não contrataram operação de investimento por meio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não alcançaram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.
<b>B</b>	São beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20 mil e que não contratem trabalho assalariado permanente.
<b>A/C</b>	O grupo A/C é composto por agricultores familiares egressos do grupo “A” ou que já contrataram a primeira operação no grupo “A”, que não contraíram financiamento de custeio, exceto no próprio grupo A/C.
<b>V</b>	O grupo V inclui todos os outros que se enquadrem como agricultores familiares (os extintos grupos C, D e E).

**Fonte:** Galindo et al (2014).

Dessa forma, se o agricultor se enquadrar no perfil de um destes grupos e estiver interessado em adquirir um financiamento, deverá obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Este documento identifica e caracteriza a condição do agricultor familiar. A Declaração pode ser obtida junto às organizações e instituições autorizadas para esta finalidade, tais como, os sindicatos de trabalhadores rurais e as empresas estaduais de extensão rural (HESPANHOL, 2000).

Para Veloso (2011) ao longo dos anos de 1999 à 2008, o Pronaf sofreu profundas modificações e aprimoramentos normativos. Isso se evidencia através das alterações nos grupos de enquadramento dos beneficiários do programa, assim como também nas linhas de crédito ofertadas. O autor aponta que essas mudanças nas linhas de crédito, principalmente no governo Lula, acontecem para que a estrutura do programa se adequasse a atual diversidade da agricultura familiar. Para isso, considera-se que o governo passou a incluir também as atividades não agropecuárias, e ampliou o grupo dos agricultores familiares, envolvendo os quilombolas, extrativistas, indígenas, silvicultores, agricultores e pescadores.

Mais recentemente, portanto, as políticas de desenvolvimento rural passam a explorar o caráter pluriativo e multifuncional dos estabelecimentos rurais, e não somente buscam a consolidação das cadeias produtivas do agronegócio. Uma realidade, portanto que abre novas possibilidades para o desenvolvimento dos territórios rurais, mesmo os deprimidos (ORTEGA, 2008, p.83).

Nesta perspectiva, podemos observar adequações no Pronaf, nos últimos anos, em buscar apoiar a pluriatividade e a diversificação das atividades econômicas no espaço rural através da criação de diferentes linhas de crédito a fim de destinar recursos às alternativas de produção da agricultura familiar. Nesse sentido, é possível elencar linhas de crédito tais como; Pronaf Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia, Eco, Pesca. Portanto, esta proposta do Pronaf busca explorar os diferentes potenciais da agricultura familiar, através de atividades que sejam capazes de preservar o meio ambiente, gerando emprego e renda aos agricultores.

O Quadro 3 demonstra as linhas de crédito do Pronaf, definidos pelo Plano Safra de 2013/2014.

**Quadro 3.** Linhas de crédito disponíveis para o Pronaf

<b>Linha</b>	<b>Definição</b>
Pronaf Custeio	Financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Financia máquinas, equipamentos e infraestrutura. Objetiva a melhoria da produção e dos serviços agropecuários e não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Microcrédito Rural	Atende os agricultores de mais baixa renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias e qualquer outra que possa gerar renda para a família atendida.
Pronaf Agroecologia	Financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Mulher	A linha financia investimentos de atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, entre outras, no meio rural. O crédito pode ser contratado independente do estado civil da mulher
Pronaf Eco	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo.
Pronaf Agroindústria	Financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
Pronaf Semiárido	Financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços, de acordo com a realidade das famílias da região Semiárida;
Pronaf Jovem	Financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras. Os recursos são destinados à produção e serviços nos estabelecimentos rurais;
Pronaf Floresta	Financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de

Familiares	terceiros;
Pronaf Cota-Parte	Financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

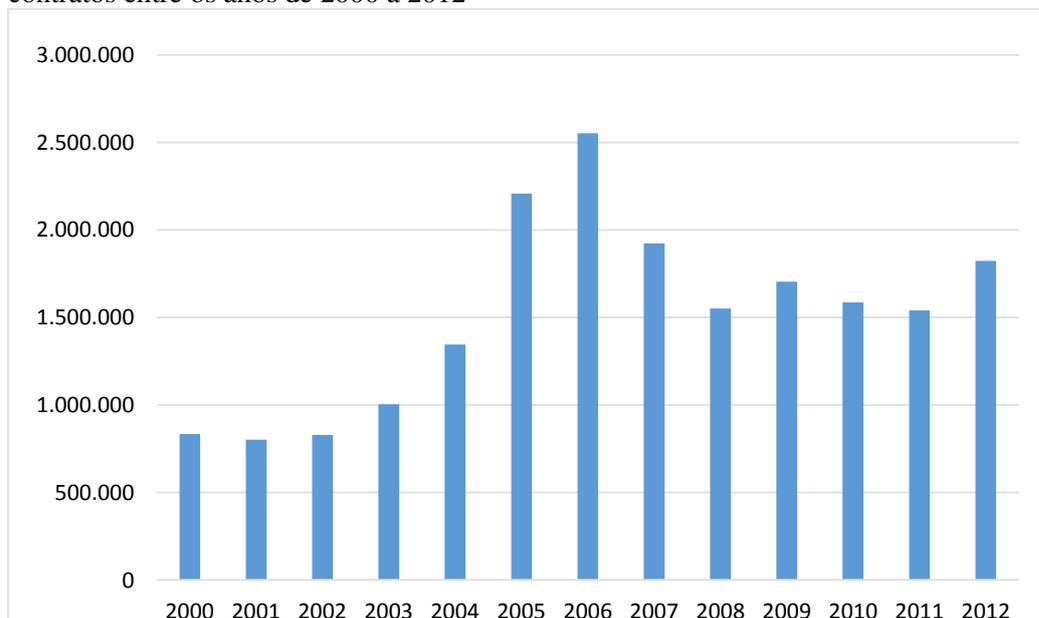
**Fonte:** MDA (2013). Organização própria.

Com base nas linhas acima apresentadas, Veloso (2011, p.43) afirma que ao longo dos anos, o governo brasileiro buscou “ampliar o portfólio do Pronaf, estabelecendo diferenciações em seu público, além de incorporar e atender demandas específicas de movimentos sociais, como a agroecologia, mulheres, jovens, entre outras.”

Nesta perspectiva, Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014, p. 342) apontam que “as especificidades e a diversidade de formas da agricultura familiar brasileira estão sendo, paulatinamente, aproximadas ao Pronaf”, é possível observar esta preocupação através de um conjunto de mudanças no programa, tal como, as mudanças institucionais no sentido de diversificar o público de beneficiários da agricultura familiar e através da diversificação das atividades econômicas apoiadas através da criação de diferentes linhas de crédito (Pronaf Floresta, Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia).

Além de uma ampliação no escopo das linhas de crédito, nos gráficos 1 e 2 é possível observar a evolução dos contratos e recursos destinados ao financiamento rural pelo Pronaf, entre os anos de 2000 a 2012. No referido período foram efetuados 19,7 milhões de contratos pelo programa e o montante de recursos disponibilizados foi de R\$ 95,6 bilhões.

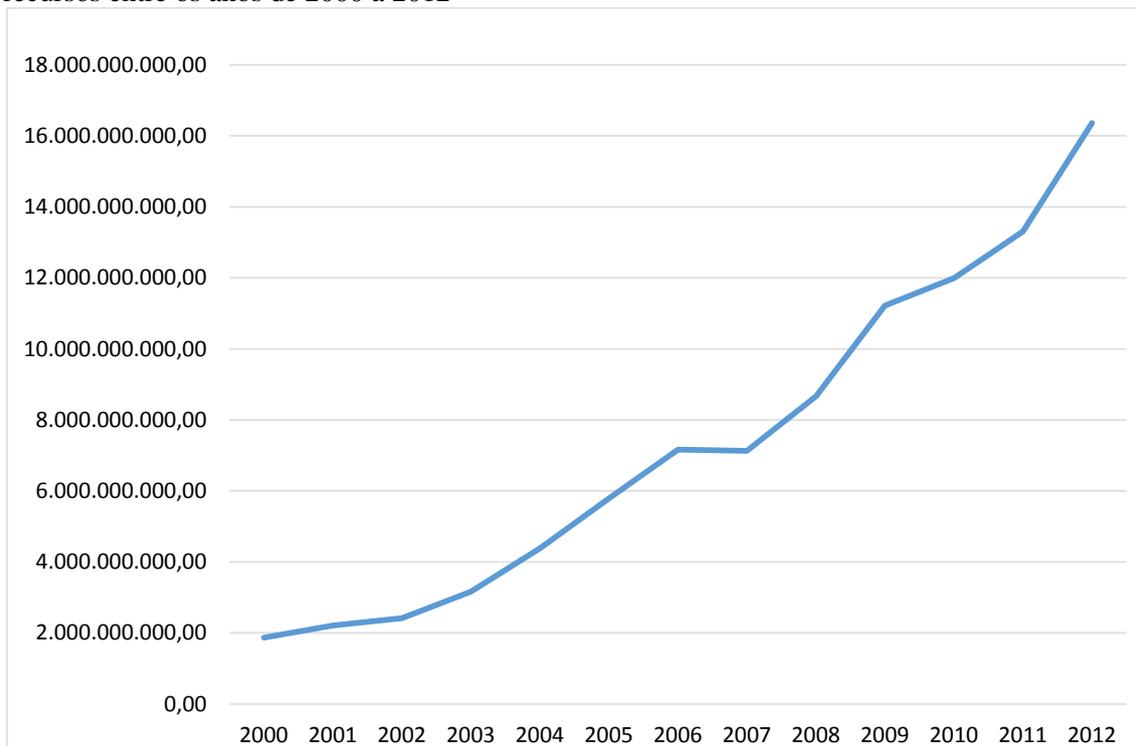
**Gráfico 1.** Evolução dos Financiamentos rurais concedidos no país pelo Pronaf por número de contratos entre os anos de 2000 a 2012



**Fonte:** Anuário estatístico do crédito rural (2014).

Através do gráfico é possível observar que em relação aos contratos concedidos no país pelo Pronaf, houve variação nos valores, possivelmente decorrente de momentos de crescimento e outros de redução do número de contratos. É importante destacar que o significativo aumento no ano de 2005 e 2006, quando atingiu 2.5 milhões de contratos, se deveu, segundo Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) ao aumento e expansão do número de contratos na região nordeste.

**Gráfico 2.** Evolução dos financiamentos rurais concedidos no país pelo Pronaf por volume total de recursos entre os anos de 2000 a 2012



**Fonte:** Anuário estatístico do crédito rural, 2014.

Pelo gráfico 2 é possível observar a evolução do volume de recursos obtidos pela agricultura familiar através do Pronaf. No ano de 2000, o total de recursos financiados para investimento e custeio foi de R\$ 1,8 bilhões, passando a R\$ 16,3 bilhões em 2012. Com relação ao número total de contratos, no mesmo período, estes passaram de 834 mil para 1,8 milhões. Isso representa um crescimento superior de 9 vezes no valor investido e superior a 2 vezes no número de contratos concedidos pelo programa.

Constata-se ainda, que no período analisado, o maior avanço do montante de recursos aplicados se deu no ano de 2012, quando houve um incremento de R\$ 3,05 bilhões. Em geral, observa-se que com o passar dos anos houve um acréscimo no volume dos recursos, o que

não se refletiu no aumento do número de contratos realizados pelo Programa. Estes diminuíram a partir de 2007. Isso pode ser um indicativo de que nos últimos anos reduziu o número de agricultores familiares beneficiados pelo Pronaf, considerando também que aqueles que acessaram o programa obtiveram um volume maior de recursos por contrato.

Em relação aos principais avanços do Pronaf no decorrer destes anos, Mattei (2006) aponta seis aspectos que qualificaram a referida política.

O primeiro avanço refere-se à descentralização das políticas públicas, criando mecanismos e instituições que aproximaram as esferas nacional, estadual e local. Por conseguinte e, como um segundo avanço, criou-se também canais de participação da sociedade civil, expressos, sobretudo pelos conselhos municipais, possibilitando uma gestão social da política, o que a torna mais representativa e democrática. Um terceiro avanço diz respeito à complementaridade entre esferas públicas e organizações da sociedade civil levando ao fortalecimento do tecido social. Um quarto elemento está relacionado à expansão do programa a todos os municípios do país ampliando a possibilidade de acesso dos agricultores ao sistema financeiro. Um quinto ponto destacado pelos estudos aponta para a eficiência produtiva do Pronaf, devido à relação positiva entre acesso ao sistema financeiro e a produtividade das lavouras familiares. Um sexto aspecto destacado é o avanço da conscientização acerca de ações associativas e cooperativas bem como o envolvimento nos debates sobre os rumos do desenvolvimento rural. (MATTEI, 2006 apud RAMBO, 2011, p. 101)

Mattei (2006) também aponta as principais limitações do programa. Segundo este, a primeira, de caráter amplo, diz respeito ao fato de que o Pronaf não conseguiu mudar o padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no país desde o pós-guerra, “uma vez que tem incentivado o uso generalizado de insumos modernos, dificultando a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável”. Um segundo elemento apontado pelo autor, refere-se aos planos de desenvolvimento rural que segundo este se limitam a encaminhar as ações do programa, sem maiores discussões sobre a realidade da agricultura familiar e mudanças possíveis (RAMBO, 2011, p.101).

Guanziroli (2007) direciona suas críticas à distribuição dos recursos do Pronaf, tanto em termos regionais, como sociais. Considerando que ao longo do tempo, a região sul, concentrou o maior número de contratos e volumes de recursos, em detrimento da região norte e nordeste e historicamente beneficiou os agricultores mais capitalizados.

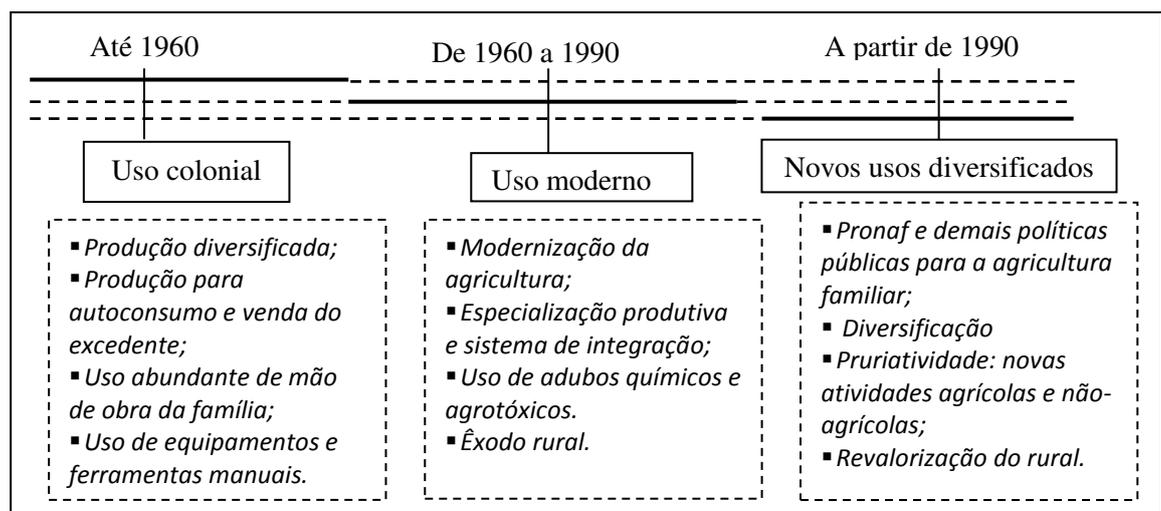
Ainda quanto às limitações do programa, Hespanhol (2000) demonstra que o Pronaf desde a sua implantação, beneficiou os agricultores capitalizados que estavam mais integrados ao complexo agroindustrial, pois estes oferecem maiores garantias e contrapartidas ao sistema financeiro. Esta perspectiva também pode ser observada através da crítica de Veloso (2011)

o leque de produtores que tem obtido maiores benefícios são os agricultores familiares mais economicamente integrados ao mercado e que conseguiram se inserir no processo de modernização conservadora. Assim, a maior parte da liberalização dos recursos foi disponibilizada para os produtos ligados diretamente ao complexo agroindustrial, tais como fumo, soja e milho; em detrimento a outros produtos, como arroz e feijão etc. que são direcionados para abastecer o mercado interno (VELOSO, 2011, p. 46).

No entanto, apesar das críticas, não há dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, considerando a ampliação dos recursos e contratos nas regiões nordeste e norte e a abrangência atual de 97% dos municípios do país (GRISA, WESZ JUNIOR, BUCHWEITZ, 2014). Também não existem dúvidas, segundo avaliação de Veloso (2011) que evoluiu o montante de recursos financeiros disponibilizados aos agricultores desde 1996, implicando no desenvolvimento de programas específicos para diversas categorias de produtores e reforçando a infraestrutura dos agricultores familiares e dos municípios em que estão inseridos no programa.

Para finalizar este capítulo, parece pertinente apresentar a figura abaixo, que propõe apresentar os usos do território no espaço rural ao longo dos anos, buscando sistematizar e sintetizar as ideias expostas até este momento. Embora Santos e Silveira (2001) apontem que os usos do território são diferentes nos lugares e no tempo<sup>1</sup>, é possível estabelecer uma aproximação entre os usos rurais ao nível de Brasil, do oeste catarinense e mesmo do município de Saudades, destacando as técnicas usadas e os reflexos sobre o espaço.

**Figura 1:** Caracterização dos usos do território no espaço rural ao longo dos anos



**Fonte:** elaboração própria.

<sup>1</sup> Alguns usos coexistem ao longo dos anos, no entanto foram mais intensos em certo período. Isso é representado no quadro através da linha em negrito, pois considera-se que muitos usos não deixaram de existir, apenas se tornaram mais intensos.

### **3. OS NOVOS USOS DO TERRITORIO NO MUNICÍPIO DE SAUDADES A PARTIR DO PRONAF**

Após a caracterização dos usos do território e da evolução das políticas públicas para o espaço rural no Brasil, discutiremos na sequência, os usos do território desde o processo de colonização da região oeste de Santa Catarina, abordando aspectos relacionados ao Pronaf e os novos usos decorrentes desta política pública, tendo como recorte espacial, o município de Saudades-SC.

#### **3.1 COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE E OS USOS DO TERRITORIO DECORRENTES: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO**

Para entender o processo de formação territorial e uso do território no município de Saudades no período colonial, é necessário resgatar o processo de colonização da região oeste catarinense.

De acordo com Poli (1995, p.73) é possível dividir a ocupação do oeste catarinense em três fases distintas: a fase da ocupação indígena, a fase dos caboclos e a fase de colonização. Nesse sentido, o autor aponta que a primeira fase ocorre até os anos de 1850, e se caracteriza pela grande presença dos índios, que se estabeleceram próximo a margens de rios, para facilitar a sobrevivência, pois viviam da caça e da pesca. Já a segunda fase, inicia por volta dos anos de 1850 e se estende até 1926, e se caracteriza pela presença dos caboclos, que estavam vinculados principalmente, a exploração da madeira na região. E por fim, a terceira fase começa após 1926, quando se inicia a colonização no oeste, que segundo Poli (1995, p. 74), ocorre através da “penetração de elementos” de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, e a conseqüente expulsão e desalojamento dos caboclos e indígenas desta região.

Na colonização do estado de Santa Catarina de maneira geral, o governo federal mostrou pouco interesse. Assim, as companhias particulares de colonização foram as responsáveis pelo povoamento das áreas florestais do estado. As colônias instaladas ao longo do Rio Uruguai, foram colonizadas principalmente por agricultores gaúchos, descendentes de alemães e italianos procedentes das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul (WAIBEL, 1949).

O período da colonização no oeste catarinense comandou e imprimiu diversas transformações na paisagem, que estão fortemente ligadas às relações sociais que se desenvolveram nas novas colônias do Oeste. Estas relações se verificam no “modo de vida, lazer, trabalho, e uso da terra”, que se assemelham às relações mantidas no Rio Grande do Sul (BAVARESCO, 2006).

Muitos agricultores traziam famílias, carroças, junta de bois, sementes e principalmente o machado, instrumento fundamental para "derrubar a mata, queimar a coivara e plantar o milho", dando início assim ao sistema de produção baseado na relação: produção de milho e produção de animais, principalmente suínos. Do ponto de vista da exploração das terras, os colonos desenvolveram no Oeste Catarinense, o mesmo sistema de utilização do solo (SILVESTRO, 1995, p.69).

Estes colonos que ocuparam a região mantiveram as atividades agrícolas que estes exerciam no estado gaúcho. Reproduziram no Oeste Catarinense o modelo fundiário do Rio Grande do Sul, baseado na pequena propriedade, com lotes de até 24 ha, sendo que a produção era destinada essencialmente para o consumo familiar (BAVARESCO, 2006). Dessa forma, neste período, o uso do território se baseava em uma agricultura de subsistência, tendo em vista o tamanho do lote colonial e as práticas destes agricultores, que plantavam e criavam basicamente para o consumo da família.

O sentido econômico do lote colonial é a auto-suficiência, que serve para explicar, já inicialmente, a policultura. Planta-se, preferencialmente, as espécies vegetais destinadas à alimentação humana, e os respectivos excedentes permitem ao colono efetuar a troca (WAIBEL, 1948, p. 221).

Ainda, em relação ao sistema de produção agrícola praticado por estes agricultores, Waibel (1949) aponta que estes utilizavam o sistema de rotação de terras em seus lotes coloniais.

A maioria dos colonos europeus no sul do Brasil usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o novo emprego. Pode ser denominado de sistema de rotação de terras (WAIBEL, 1949, p.180).

Plein (2003) aponta que a origem da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina é profundamente marcada pelo processo de colonização da região, através do que o autor chamou de “modo de vida colonial”, que inicia em 1920 através da chegada dos primeiros colonizadores, e vai até o início do processo de modernização da agricultura nos anos 1960/1970.

O modo de vida colonial implementado pelos colonos nas pequenas propriedades da região se caracteriza pela forma da organização do trabalho e da produção (PLEIN, 2003). Nesse sentido, Schneider apud Plein (2005, p. 82) afirma que este modo de vida “corresponde a uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade”. Estes autores definem que a forma de produzir se caracteriza através da maneira que estes colonos organizavam o trabalho e o modo como eles exploravam a terra, que se baseava no sistema de rotação de terras e na policultura que se destinava para a subsistência da família e para as trocas econômicas. Já as formas de sociabilidade se manifestam e ocorrem através das relações sociais, constitui-se através da vida em comunidade.

Goularti Filho (2002, p. 979), resume o que aconteceu neste período na região oeste catarinense, considerando que este inicia em 1880 e vai até 1945. Nesta fase “o padrão de crescimento era dado pelo capital mercantil e pela pequena propriedade (...) era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando, desde cedo, a formação de um mercado interno”, pois já havia pequenas relações e atividades comerciais.

Ainda segundo Goularti Filho (2002) a partir da década de 1945 se inicia uma fase de transição, que se estende até meados da década de 1960. Neste período se observa a evolução das relações capitalistas na região ao mesmo tempo em que a economia busca acompanhar o movimento nacional de expansão industrial, essencialmente através das agroindústrias.

(...) a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. Esse período foi uma fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e no grande capital industrial (GOULARTI FILHO 2002, p. 987).

Assim, neste período, a produção agropecuária na região oeste catarinense se transformou, pois até este momento se voltava fundamentalmente ao comércio e, partir deste período começa a se industrializar. Segundo Pertile (2008), neste período a produção de suínos se torna uma das principais atividades comerciais, crescendo e se expandindo por toda região oeste do estado catarinense. A produção de suínos e a industrialização de produtos, como por exemplo, a banha, esteve relacionada ao processo que mais tarde fez surgir três frigoríficos na região, apoiados na mão de obra familiar. E assim começa a se caracterizar um novo uso do território, com a industrialização da produção e a introdução de novas técnicas.

### 3.2 A TRAJETÓRIA DOS USOS DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE SAUDADES – SC

O município de Saudades, localizado na Microrregião do Oeste de Santa Catarina (Figura 1), até o início de sua colonização, era marcado pela forte presença de índios e caboclos. No entanto, esse primeiro uso do território modificou-se a partir do processo de colonização do município, que iniciou no ano de 1931, quando chegaram os primeiros imigrantes, oriundos do Rio Grande do Sul (ABRAMOVAY et al., 1998).

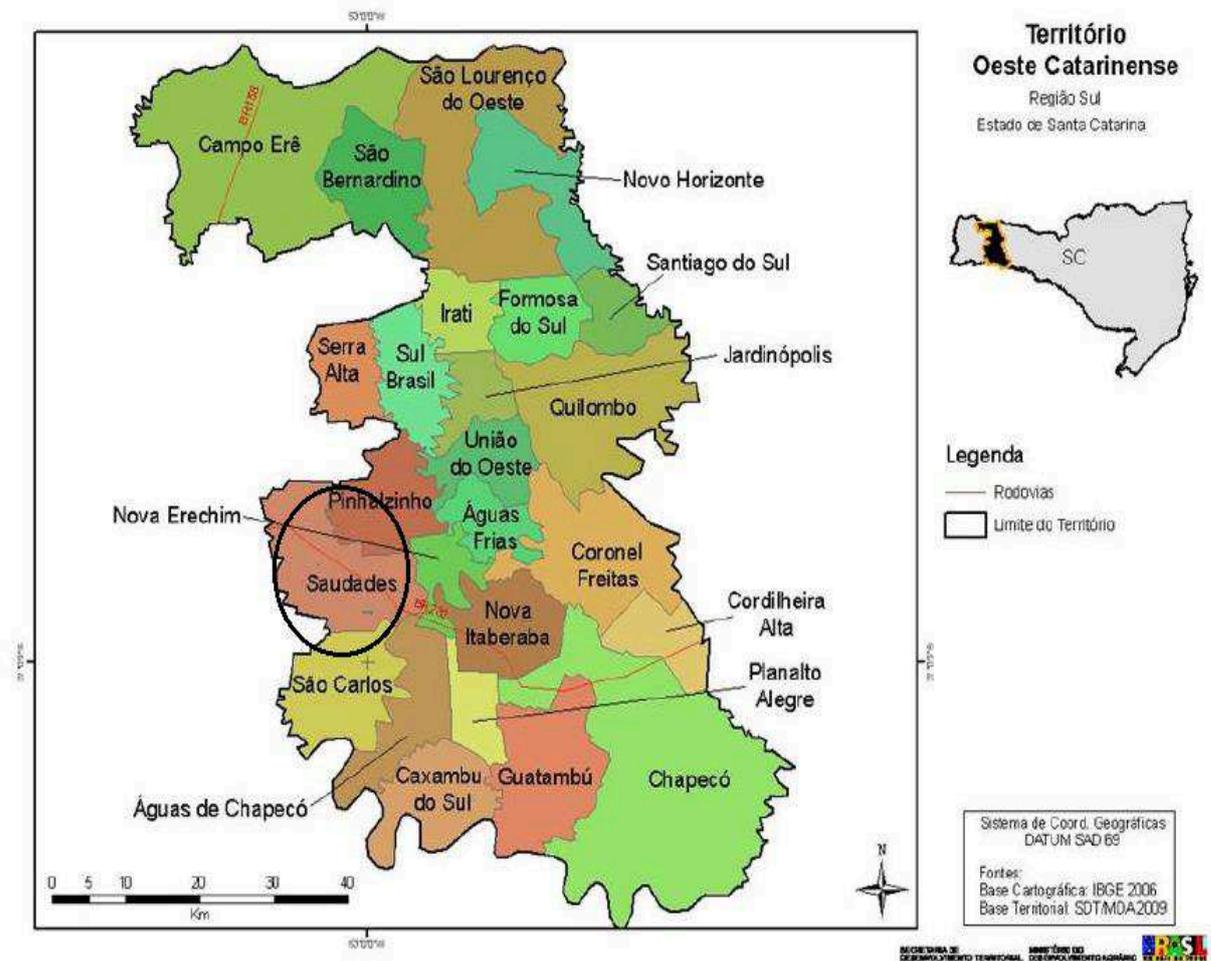
Segundo Aguiar (2006), o processo de colonização deste município teve início a partir de 1930, quando vieram para a região os primeiros agrimensores para realizar a demarcação da terra para a Companhia Territorial Sul Brasil. Esta empresa era responsável pela colonização e venda dos lotes de uma extensa área de terras no extremo oeste catarinense.

A área colonizada pela Cia. Sul Brasil, localizada entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas, deu origem aos seguintes municípios: Palmitos, São Carlos, Maravilha, Iraceminha, Pinhalzinho, Cunha Porã, Caibi, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Riqueza e São Miguel da Boa Vista (WERLANG, 1992, p. 13).

A Cia. Sul Brasil recebeu esta grande área de terra como pagamento pela construção das estradas de rodagem Erval Velho – Rio Canoas e a Cruzeiro – Passo Bormann. A empresa recebeu quatro glebas de terras, totalizando uma área total de 2.772.835.118 metros quadrados, que se localizavam entre os rios Chapecó, Antas e Uruguai. Esta área é equivalente a 11.091 colônias de 25 hectares, considerando que este foi o tamanho médio dos lotes coloniais vendidos aos agricultores (WERLANG, 1992).

Diante deste cenário, Aguiar (2006, p.29) aponta que o processo de colonização da região oeste se expandiu a partir da década de 1930, quando “os primeiros colonizadores vindos do Rio Grande do Sul instalaram-se às margens do rio Saudades, transformando suas vidas e a região com base na agricultura de subsistência”.

**Figura 2:** Localização do município de Saudades no território do oeste catarinense<sup>2</sup>



Fonte: <http://sit.mda.gov.br>, 2014.

No município de Saudades a imigração alemã se deu de forma bastante representativa. Isso se evidencia através da cultura, da língua e das festas típicas que ainda são preservadas. E, da mesma forma como as empresas colonizadoras e os imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, transformaram o espaço e a paisagem do oeste, no município de Saudades não foi diferente. Ainda hoje prevalecem as pequenas propriedades agrícolas, além da disputa de terras entre indígenas e agricultores, que é fruto e herança do período de colonização do município.

É importante destacar, que no início da colonização de Saudades, da mesma forma que ocorreu na região oeste, conforme aponta Rambo (2012, p.83), o uso do território se deu com base em pequenas propriedades, sustentadas pela policultura, com uma “produção agrícola

<sup>2</sup> Esta regionalização se refere a política pública dos territórios rurais, neste caso o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

baseada na plantação de milho, feijão, arroz, mandioca e criação de animais, para a subsistência e venda no comércio local.” Mais tarde, esta pequena propriedade começa a criar um significativo excedente de produtos coloniais. Destaca-se a produção de milho e suínos, produção que veio a ser absorvida pelas primeiras agroindústrias da região.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, o município de Saudades possui uma população de 9.016 habitantes e uma área de 206,596 km<sup>2</sup>. Deste total 56,8% (Tabela 1) dos habitantes residem na área urbana, e 43,2% vivem no espaço rural (IBGE, 2010).

**Tabela 1.** População residente e situação do domicílio para o estado Santa Catarina e para o município de Saudades-SC no ano de 2010

Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Santa Catarina	Urbana	5.247.913	83,99
	Rural	1.000.523	16,01
Saudades - SC	Urbana	5.123	56,82
	Rural	3.893	43,18

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2010. Organização própria.

Observando a distribuição populacional no município e comparando com os dados do estado, percebe-se que Saudades ainda é um município com significativa população rural, considerando que aproximadamente 45% da população total reside na área rural. No entanto, no estado de Santa Catarina se observa o inverso. Menos de 16% da população reside no espaço rural e 84% da população total vive no espaço urbano. Isso evidencia que os agricultores deste município podem ter encontrado alternativas de produção, que representam novos usos do território, sobretudo frente ao processo de modernização da agricultura, que garantem sua permanência no campo, gerando emprego e renda para a família, diminuindo o esvaziamento do campo.

Segundo Abramovay et al (1998) a estrutura fundiária do município de Saudades é representativa da região oeste catarinense. Conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), são 1.153 estabelecimentos agropecuários no município de Saudades (Tabela 2). Deste total, 91% foram considerados familiares, ocupando uma área total de 15.449 hectares, o que representa uma média de 14,7ha por estabelecimento. Entre os agricultores entrevistados, verificou-se uma variação de 4,5 a 16,5 ha no que se refere ao tamanho das propriedades.

A tabela a seguir evidencia ainda, a presença significativa da agricultura familiar, no município de Saudades, sobretudo em relação aos dados do estado. Enquanto que no município, 84% da área dos estabelecimentos são representativos da agricultura familiar, no estado estes representam apenas 44%. Essa realidade influencia diretamente o uso do território no espaço rural de Saudades.

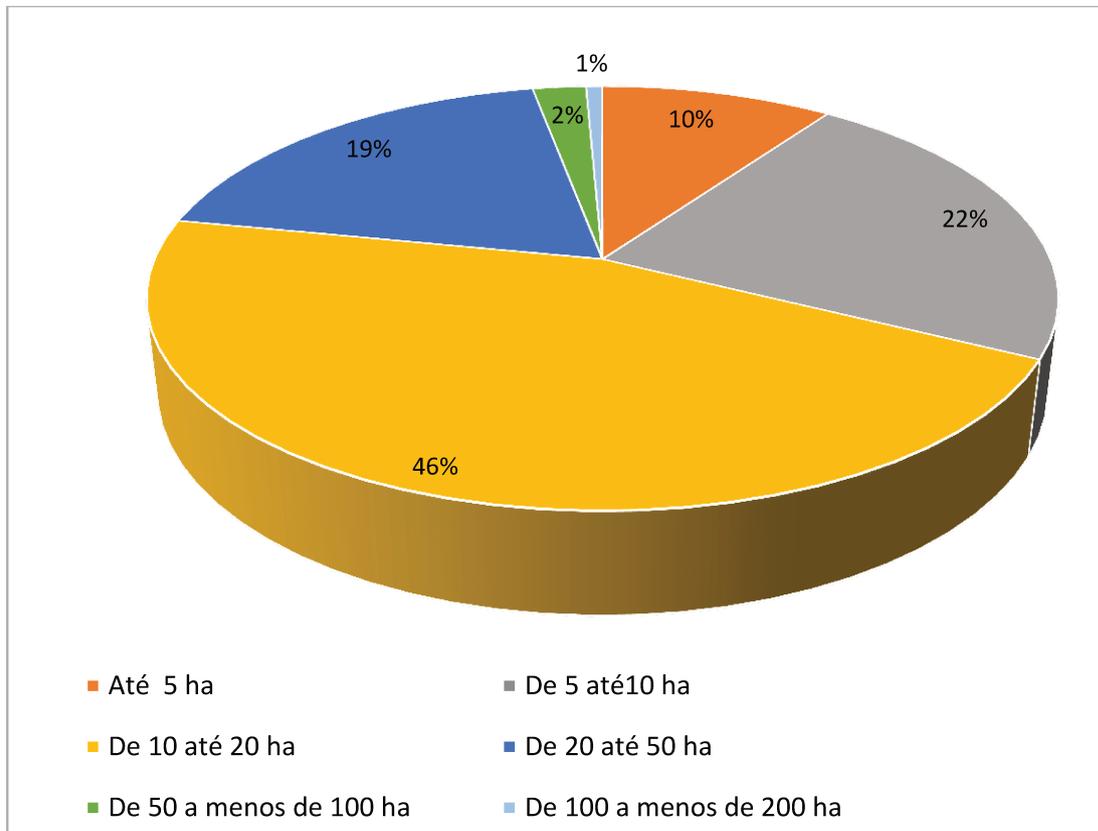
**Tabela 2.** Número e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar para o estado de Santa Catarina e o município de Saudades no ano de 2006.

Unidade da Federação e Município	Tipo de exploração	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Santa Catarina	Não familiar	25.156	12,99	3.419.265	56,40
	Agricultura familiar	168.512	87,01	2.643.241	43,60
Saudades - SC	Não familiar	103	8,93	2.836	15,51
	Agricultura familiar	1.050	91,07	15.449	84,49

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Em relação a estrutura fundiária, verifica-se um predomínio de propriedades com áreas de até 50 hectares. Do total de estabelecimentos agropecuários, 91,7% possuem menos de 50ha (Gráfico 3). Esta presença marcante de pequenas propriedades rurais é fruto do processo de colonização do município, que dividiu as áreas de maneira que não ultrapassasse 24ha.

**Gráfico 3.** Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Saudades – SC no ano de 2006



**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Esta estrutura fundiária caracterizada por pequenas propriedades, influenciou, ao menos por algum tempo, a diversificação produtiva bem como, o desenvolvimento das lavouras de ciclo de vida mais curto, pois este aspecto compromete atividades que necessitam de grandes áreas de terra. Nesta perspectiva, Mello e Schmidt (2003) apontam outros fatores agravantes deste processo na região oeste de Santa Catarina

Com o passar do tempo, muitas dessas pequenas propriedades foram sendo subdivididas, pela venda de uma parcela de terra por causa de descapitalização ou como resultado de processos sucessórios, o que contribuiu para diminuir, ainda mais, a área de terra disponível para cada unidade familiar de produção. (...) Ressalte-se que o relevo é de ondulado a fortemente ondulado, e os solos são pedregosos, resultando em uma redução ainda maior da área de que cada estabelecimento dispõe para o cultivo de lavouras anuais. Nesse contexto, o agricultor adota uma estratégia de diversificação de atividades, buscando a melhor utilização da terra e a diminuição dos riscos climáticos e econômicos (comerciais). A combinação de policultura vegetal com criação animal é de particular interesse (MELLO; SCHMIDT, 2003, p. 73).

Nesta perspectiva, desde sua colonização e apesar do processo de modernização da agricultura, Saudades é marcada por um uso econômico do espaço rural, marcado pela forte

presença de uma agropecuária diversificada. O município se destaca por uma variedade de cultivos e atividades pecuárias no espaço rural, o pode ser observado na tabela abaixo, ainda nos anos recentes.

**Tabela 3.** Produção agropecuária por quantidade produzida e efetivo de rebanhos de produtos selecionados no município de Saudades – SC, no ano de 2012.

<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade produzida ou efetivo total</b>
<b>Leite</b>	l	30.100.000
<b>Ovos de galinha</b>	dz	280.000
<b>Aves</b>	cab	1.158.000
<b>Suíno</b>	cab	44.718
<b>Bovino</b>	cab	26.189
<b>Ovino</b>	cab	800
<b>Caprino</b>	cab	200
<b>Coelhos</b>	cab	25
<b>Codornas</b>	cab	18
<b>Milho (em grão)</b>	t	11.430
<b>Mandioca</b>	t	10.800
<b>Soja (em grão)</b>	t	3.749
<b>Fumo (em folha)</b>	t	1.010
<b>Melancia</b>	t	600
<b>Trigo (em grão)</b>	t	231
<b>Erva-mate (folha verde)</b>	t	45
<b>Feijão (em grão)</b>	t	101
<b>Arroz (em casca)</b>	t	1
<b>Uva</b>	t	100
<b>Mel de abelha</b>	t	7

**Fonte:** IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal, 2012.

### 3.3 CARACTERIZAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE SAUDADES E O PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS

O acesso do agricultor familiar aos recursos do Pronaf no município de Saudades envolve diferentes atores sociais, cada qual com uma função específica dentro do processo. Entre as instituições que atuam diretamente junto aos agricultores familiares na viabilização do acesso ao Pronaf no município, está a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

de Santa Catarina (EPAGRI), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, a agência local do Banco do Brasil e as cooperativas de crédito.

Para um agricultor familiar obter financiamento pelo Pronaf, ele deve primeiro definir o que será financiado, que em geral, pode ter três finalidades; custeio, investimento e comercialização. A principal diferença do crédito rural está na finalidade em que os recursos serão empregados,

Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços (MAPA, 2014).

Após definir o emprego dos recursos, seja no custeio da lavoura ou no investimento de máquinas e implementos agrícolas para a propriedade, o agricultor familiar procura o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida segundo a renda do produtor e o tipo de atividade. Segundo Hespanhol (2000) este documento identifica e caracteriza a condição do agricultor familiar, aponta e direciona o agricultor familiar para um dos grupos de enquadramento do programa.

Quando o agricultor objetiva obter recursos do Pronaf através da modalidade investimento, ele procura assistência técnica para a elaboração do projeto. Em Saudades quem desempenha este papel é a EPAGRI. Em posse destes documentos o agricultor procura um banco ou cooperativa de crédito que irá disponibilizar os recursos.

No município de Saudades há três instituições bancárias que operam os recursos do Pronaf; o Banco do Brasil, SICOOB, CRESOL<sup>3</sup>.

No que se refere ao acesso ao crédito e recursos do Pronaf, no ano de 2012 os agricultores do município de Saudades realizaram 1.555 contratos e receberam um montante de R\$ 15.193.234,70 conforme pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela 4.** Pronaf- Número de contratos e montante de crédito disponibilizado no município de Saudades – SC no ano de 2012

Finalidade/ Atividade	Custeio		Investimento		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor

<sup>3</sup> Procuramos e dialogamos com as três instituições, mas o Banco do Brasil não pôde disponibilizar dados sobre o número de contratos e volume de recursos disponibilizados, tal como Cresol e Sicoob.

<b>Agrícola</b>	419	3.830.762,01	357	3.502.473,57	776	7.333.235,58
<b>Pecuária</b>	246	2.886.546,71	533	4.973.452,41	779	7.859.999,12
<b>Total</b>	665	6.717.308,72	890	8.475.925,98	1555	15.193.234,70

**Fonte:** Anuário estatístico do crédito rural (2014).

Ao se analisar os dados de acesso aos recursos do Pronaf em Saudades, segundo o Anuário Estatístico de Crédito Rural (2012), nota-se que no município predominaram os contratos de crédito para investimento. No ano de 2012, dos 1.555 contratos realizados, 57,2% eram de investimento, e 42,8% eram destinados para o custeio da produção.

Diante disso, o município de Saudades não segue o mesmo perfil do estado de Santa Catarina, tendo em vista os dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural do ano de 2012. Os dados demonstram predomínio de contratos para custeio no estado. Observa-se que no ano de 2012, Santa Catarina realizou 142.301 contratos, sendo que os de crédito para custeio prevaleceram no estado, chegando a 57,4% (81.655 contratos), contra 42,6% de contratos para investimento, totalizando 60.646 contratos para esta finalidade. Dentro dos contratos de custeio realizados no estado, os de custeio agrícola para lavoura, especialmente para plantações de milho (38.834 contratos) se destacam.

Isso demonstra que o Pronaf vem, em parte, fomentando o modelo da Revolução Verde, incentivando a produção de grãos e *commodities*, e menos alternativas pautadas na diversificação e pluriatividade. Desse modo, segundo Gazolla (2004, p. 177), o programa promove “a especialização produtiva das atividades com o cultivo preferencial de poucas culturas na unidade de produção. Esta é mais uma contradição do programa que se propunha a ser uma política diversificada em termos de usos do espaço rural”.

Já, segundo dados da pesquisa de campo, obtidos em entrevista com a Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária de Saudades (CRESOL) e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), observa-se que tem prevalecido os recursos para a modalidade custeio, além de características distintas quanto às modalidades de crédito que as cada instituição oferece.

A cooperativa CRESOL do município de Saudades disponibiliza, além das modalidades de investimento e custeio, linhas de crédito especiais para jovens e mulheres, como pode ser observado a seguir:

**Tabela 5.** Pronaf- Montante de recursos disponibilizados através da CRESOL no município de Saudades entre os anos de 2005 a 2013

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Volume de recursos</b>
Custeio Agrícola	3.795.000,00
Custeio Pecuário	3.376.440,00
Linha Emergencial 2012/2013	1.200.000,00
Pronaf investimento*	2.850.852,00
Pronaf Mais Alimentos	1.339.694,00
Pronaf Jovem	30.000,00
Pronaf Mulher	185.029,00
Pronaf Agroindústria	62.300,00
<b>Total Geral</b>	<b>12.839.315,00</b>

\*Linha extinta em 2013

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2014.

Entre os financiamentos disponibilizados através da Cresol se destacam aqueles da modalidade de custeio, (Custeio Agrícola, Custeio Pecuário e Pronaf Emergencial) que segundo MDA (2014), se destinam ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização da produção.

Diferentemente, do que ocorre na Cresol, a SICOOB opera somente o Pronaf Custeio Agrícola e Pecuário e o Pronaf Mais Alimentos, predominando, da mesma forma os investimentos destinados ao custeio.

**Tabela 6.** Pronaf- Montante de recursos disponibilizados através da SICOOB no município de Saudades nos anos de 2012 e 2013

<b>Finalidade</b>	<b>Total de recursos (R\$)</b>
Custeio Agrícola	15.628.535,35
Custeio Pecuário	3.243.172,87
Pronaf Mais Alimentos	15.523.176,21

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2014.

Essa distinção nas linhas de crédito disponibilizadas pode-se explicar, considerando que as instituições trabalham com um perfil de associados distinto, podendo determinar a busca de linhas especiais como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem e o Pronaf Agroindústria.

De maneira geral, agrupando os dados das duas instituições é possível destacar que as linhas de crédito mais acessadas são o Pronaf Custeio seguido do Pronaf Mais

Alimentos(investimento). As primeiras se destacam tanto pelo número de contratos quanto pelo total de recursos disponibilizados.

Assim sendo, os dados obtidos através das cooperativas de crédito vão de encontro aos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural, pelo qual predominam, no município, os recursos de investimento. Essa dissonância possivelmente decorra dos projetos financiados pelo Banco do Brasil, que segundo informações do próprio banco, se concentram no Pronaf Mais Alimentos.

Embora os recursos destinados à linha custeio, sobretudo pela CRESOL, em alguma medida, promovam atividades diversificadas nas propriedades – pecuária leiteira, piscicultura, suinocultura e gado de corte – é possível que concordarmos com Mattei (2006), quando o autor aponta que por predominar o custeio em relação ao investimento, financiando, sobretudo, insumos modernos que aumentam a produtividade, há poucos efeitos sobre a capitalização das famílias. Isso incentiva ainda a especialização da produção uma vez que o crédito de custeio destina-se um número reduzido de culturas.

O Pronaf, mais recentemente, vem operando com novas modalidades de financiamento dentre as quais se destaca: Pronaf Mais Alimentos (destinado a financiar projetos ligados à produção de alimentos), Agroecologia, Mulher, Eco, Agroindústria, Jovem e Floresta, tal como mencionado anteriormente. No entanto, os dados de campo demonstram que no município, muitas destas linhas de crédito não estão sendo nem operacionalizadas. Por exemplo, o Pronaf agroecologia que poderia estar agregando valor à produção de muitos agricultores familiares, promovendo segurança alimentar e nutricional e assim, um desenvolvimento rural mais sustentável, é uma das linhas que não é ofertada pelas agências bancárias.

São raras as experiências em que as instituições bancárias financiam práticas agroecológicas e sustentáveis no município. O Banco do Brasil relatou que no ano de 2009 concedeu um financiamento para construção de um biodigestor, através da linha de crédito do Pronaf Eco. As demais instituições bancárias não registraram nenhum financiamento através das linhas crédito do Pronaf Agroecologia ou Pronaf Eco. Isso de certa forma inibe o desenvolvimento de novas práticas e atividades no espaço rural do município, incluindo a produção de alimentos e as práticas de produção mais sustentáveis que poderiam criar novas oportunidades de desenvolvimento aos agricultores familiares.

Veloso (2011, p. 46), com base em Schneider (2004) aponta que o Pronaf tem levado os agricultores a uma “especialização produtiva”. Isso se dá, segundo o autor porque “as instituições bancárias tem financiado os produtos que historicamente já têm sido beneficiados e, conseqüentemente, tem se reproduzido o padrão de desenvolvimento vigente”.

Gazolla e Schneider (2013) acreditam que isso afeta e compromete a diversificação nas propriedades e a produção de alimentos,

Este tipo de especialização da produção gerada pelo Pronaf contribui para a redução da diversidade dos sistemas produtivos e reduz a autonomia das unidades familiares, minando uma das principais características dos processos de reprodução social da agricultura familiar, que é a diversificação de cultivos por ela implementados e manejados (...) Neste sentido, nossas evidências apontam que os agricultores financiam o plantio de milho ou soja, mas as pequenas produções e o cultivo de alimentos ficam relegados a um plano secundário dentro da dinâmica das unidades de produção (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2013, p. 56).

Esta especialização produtiva também é evidenciada através dos dados da pesquisa de campo adquiridos junto a Cresol, pois segundo a instituição as principais atividades financiadas no município pela modalidade custeio agrícola, destacam-se os investimentos em lavouras de milho soja e trigo. Já o custeio pecuário se destina a atividade de pecuária leiteira, piscicultura e suinocultura.

**Figura 3:** Atividades financiadas pelo Pronaf Custeio Agrícola e Custeio Pecuário no município



**Fonte:** Pesquisa de campo (2014).

Já na modalidade investimento, segundo a entrevista com a Cresol, os contratos de investimento agrícola no município são destinados a financiar atividades de correção de solo e

aquisição de implementos, tais como tratores, plantadeiras, colheitadeiras, caminhonetes e caminhões. Já os contratos de investimento pecuário são voltados essencialmente ao melhoramento genético, aquisição de equipamentos e infraestrutura. Isso também pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 7.** Número de estabelecimentos agropecuários e valor dos investimentos da agricultura familiar por tipo de investimento no município de Saudades, no ano de 2006

<b>Tipos de Investimento</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários que investiram (Unidades)</b>	<b>Valor dos investimentos (mil reais)</b>
<b>Terras adquiridas</b>	32	1.087
<b>Bens imóveis (prédios, instalações e benfeitorias)</b>	209	2.524
<b>Novas culturas permanentes</b>	3	12
<b>Novas matas plantadas</b>	3	2
<b>Novas pastagens</b>	216	222
<b>Veículos novos</b>	6	28
<b>Veículos usados</b>	11	72
<b>Máquinas e implementos novos</b>	72	283
<b>Máquinas e implementos usados</b>	40	395
<b>Tratores novos</b>	3	234
<b>Tratores usados</b>	17	303
<b>Compra de animais para reprodução e/ou trabalho</b>	178	387

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Os dados da tabela (embora não se refiram unicamente ao Pronaf) demonstram que, para além das terras adquiridas e dos bens imóveis, uma grande quantidade dos estabelecimentos agropecuários investiu na compra de animais, podendo-se a isso associar as novas pastagens.

Isso demonstra a importância da pecuária, sobretudo da atividade leiteira no município, atividade esta que também se destaca na região oeste como um todo. Mello e Schmidt (2003) demonstram por que a bovinocultura de leite se desenvolveu e se construiu como uma importante alternativa aos agricultores da região oeste excluídos do processo de integração das grandes agroindústrias da suinocultura, a partir do início dos anos de 1990.

A produção de leite pode ser considerada, hoje, a nova atividade “âncora” da maioria das propriedades familiares do oeste catarinense. Pelas suas características

permite uma melhor utilização da mão de obra e é uma alternativa para utilizar as áreas declivosas, impróprias as culturas anuais. Outro aspecto positivo, que reveste de grande importância na viabilização das unidades familiares de produção do oeste catarinense, é o fato de a atividade possibilitar o ingresso mensal de receitas. (...) Ao utilizar melhor a pequena área disponível, possibilita o desenvolvimento de um sistema de produção mais rentável do ponto de vista econômico e mais sustentável do ponto de vista da utilização dos recursos naturais (MELLO; SCHMIDT, 2003, p. 78).

Por outro lado, não se pode deixar de destacar os significativos recursos destinados à aquisição de terras. Ao estabelecer um paralelo entre aquisição de terras (possivelmente via política do Crédito Fundiário) e o Pronaf, isso alerta para a complementaridade dessas políticas. Ou seja, a estruturação das propriedades passará pelo acesso a linhas do Pronaf. Pelo cenário desenhado, seja pelos dados de campo, seja pelas análises realizadas por outros autores acerca do Pronaf, parece que o Programa pouco contribuiu para mudar o padrão de desenvolvimento agrícola em vigor desde o pós-guerra, promovido pela modernização da agricultura.

Por outro lado, importa ressaltar que os contratos do município em sua maioria são destinados a agricultores enquadrados no Grupo C (uma renda bruta anual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00), como pode ser visto na tabela a seguir. No ano de 2006, dos 549 estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento através do Pronaf, 281 se enquadravam neste grupo, o que representa 51% das unidades. A predominância de agricultores enquadrados neste grupo de financiamento se dá porque no município prevalecem as pequenas propriedades que não atingem um nível de renda bruta anual muito elevado.

**Tabela 8.** Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento e Valor dos financiamentos obtidos através do Pronaf, no ano de 2006 (MDA – PRONAF)

<b>Município</b>	<b>Pronafiano</b>	<b>Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento (Unidades)</b>	<b>Valor dos financiamentos obtidos (Mil Reais)</b>
<b>Saudades - SC</b>	<b>Pronaf A</b>	46	295
	<b>Pronaf B</b>	16	56
	<b>Pronaf C</b>	281	1.089
	<b>Pronaf D</b>	194	1.216
	<b>Pronaf E</b>	12	194

**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário(2006).

Embora os dados secundários e a pesquisa realizada junto às instituições financeiras apontem para o fato de o Pronaf estar reproduzindo o uso do território muito mais próximo

àquele preconizado pela modernização da agricultura, as entrevistas juntos aos agricultores familiares apontam que o programa vem possibilitando novos usos do território, uma vez que o desenvolvimento de novas atividades pelas famílias entrevistadas só se efetivou através dos recursos provenientes do Pronaf.

### 3.4 ANALISANDO OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO A PARTIR DO ESTUDO DE PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS NO MUNICÍPIO DE SAUDADES – SC

Como mencionado anteriormente, pelos dados secundários e mesmo pelos dados disponibilizados pelas cooperativas de crédito é difícil evidenciar a diversidade da paisagem rural de Saudades. Frente a isso, buscou-se selecionar agricultores familiares que representassem essa diversidade, procurando reunir e caracterizar diferentes atividades que vem sendo desenvolvidas, mas que ficam menos evidentes nos dados já apresentados.

Os agricultores selecionados representam aqueles integrados à agroindústria, quais sejam, avicultores, fumicultores e produtores de leite, mas também aqueles que representam o desenvolvimento de atividades produtivas diferenciadas como a comercialização de ovos, verduras e peixes, e ainda, a experiência de uma pequena agroindústria familiar.

**Quadro 4.** Classificação das seis famílias de agricultores familiares entrevistados segundo atividades realizadas na propriedade

<b>Família entrevistada</b>	<b>Atividades desenvolvidas nas propriedades</b>	<b>Linhas do Pronaf acessada</b>	<b>Área da propriedade</b>
01	Produção de grãos e verduras (tomate, melancia, rúcula, alface, repolho, trigo, soja e milho)	Pronaf Mais Alimentos Microcrédito Proagro	16ha
02	Bovinocultura de leite e comercialização de ovos (efetivo de 250 galinhas poedeiras)	Pronaf Custeio Pronaf Mais Alimentos	13ha
03	Avicultura	Pronaf Investimento	4,5ha
04	Bovinocultura de leite e feira livre	Pronaf Custeio	5,5ha
05	Fumicultura, piscicultura e grãos.	Pronaf Custeio Pronaf Investimento	16,5ha
06	Bovinocultura de leite e agroindústria de panificação.	Pronaf Mais Alimentos Pronaf Agroindústria	9ha

**Fonte:** organização própria.

Dessa forma, os dados coletados na pesquisa de campo auxiliam e complementam as análises sobre o Pronaf estar atendendo estes distintos perfis de agricultores familiares no município de Saudades, e de que forma esta política de crédito auxilia e fomenta novas formas e usos do território.

Dessa forma, é importante registrar que entre os agricultores entrevistados, verificou-se uma variação de 4,5 a 16,5 ha no que se refere ao tamanho das propriedades. Isso demonstra a dificuldade e a necessidade destes agricultores familiares buscarem alternativas econômicas viáveis de serem desenvolvidas em pequenas áreas. Diante disso, conforme aponta Veloso (2011) o Pronaf exerce um papel fundamental, pois possibilita o financiamento e desenvolvimento de diversas atividades produtivas e assegura a reprodução social e econômica destes agricultores familiares.

No que se refere às pessoas ocupadas nestas unidades produtivas, se tem uma média de 2,5 pessoas trabalhando na propriedade rural, sendo que em nenhuma destas propriedades os jovens participam do trabalho em atividades agrícolas. Em dois estabelecimentos a pessoa que está à frente das atividades na propriedade já é aposentada. Isso demonstra as dificuldades quanto à continuidade da pequena propriedade rural familiar no município e evidencia principalmente o envelhecimento da população rural que, segundo Abramovay et al (1998), ocorre justamente devido à saída da maioria dos jovens da propriedade rural para os grandes centros urbanos. Para Aguiar (2006, p.100) “a busca por novas alternativas tem levado, também, muitos jovens de Saudades a optarem por novas trajetórias, ou seja, a migrarem para as cidades. O fator da migração tem afetado diretamente a população jovem e ameaçado a continuidade da gestão e do trabalho na unidade familiar”.

Cabe frisar também, que em apenas duas propriedades selecionadas tem-se na atividade agropecuária a única fonte de renda. Nestes casos não existe nenhuma renda que seja externa ao estabelecimento agropecuário. No entanto, nas demais propriedades as fontes de renda são diversificadas, considerando que em três propriedades há membros da família que obtém renda fora da propriedade, trabalhando em atividades urbanas, quais sejam, construção civil (pedreiro), técnico agrícola, e professor. Observou-se ainda neste grupo de entrevistados, que a aposentadoria integra a renda de quatro famílias. Isso se deve principalmente à idade avançada da maioria destes agricultores familiares.

Das seis propriedades familiares onde foram realizadas entrevistas, todas elas já obtiveram financiamento através do Pronaf, ao menos uma vez. Duas afirmam acessar os recursos anualmente. Em relação ao motivo que levou estas famílias acessar o Pronaf, estes

agricultores apontaram como principal motivação, a falta de recursos para investir na produção e a oportunidade de modernizar a propriedade. Vejamos alguns depoimentos:

*Porque com Pronaf conseguíamos realizar melhorias na propriedade, ele viabilizou a aquisição de alguns equipamentos para a nossa propriedade que não tínhamos condições de comprar (Agricultor familiar nº 02).*

*O principal motivo que me incentivou a acessar o Pronaf foi o juro barato, e por não ter o giro financeiro para custear a lavoura (...) Com o dinheiro do investimento você consegue negociar melhor os insumos e sementes, e investir mais para colher melhor (Agricultor familiar nº 05).*

A modalidade investimento é a mais destacada entre os agricultores familiares entrevistados. No entanto, muitos destacam que já utilizaram as duas modalidades, tanto para a finalidade de custeio da produção como para o investimento.

Em relação aos benefícios que o Pronaf trouxe para estas propriedades, a maioria dos agricultores familiares entrevistados, destacou a melhoria das infraestruturas da propriedade, como estufas, sala de ordenha, resfriadores de leite, açudes, sistema de irrigação, pastagens e construção de galpões. Nesse sentido, os agricultores também relataram algumas mudanças na propriedade, que representam novas atividades e novas maneiras de produzir e usar o território. É o que se pode observar nos depoimentos a seguir, sobre as mudanças que o Pronaf trouxe para a propriedade, o que se produzia antes e o que se passou a produzir a partir do acesso ao programa:

*Antes nós produzia grãos, mas como não tinha muita terra nós plantava pra cobrir as despesas (...) com o dinheiro do Pronaf em 98 começamos a realizar a feira-livre dos produtos que produzimos na agricultura, como leite, feijão, mandioca, ovos, frango caipira e algumas verduras. Hoje com a produção da família todos os sábados, levamos nossa produção para a feira-livre e agregamos valores, para continuarmos produzindo e nos mantendo aqui na roça (Agricultor familiar nº 04).*

*Antes de acessar o Pronaf plantava milho e fumo, mas como ficamos com pouca mão de obra, só ficou eu e o pai, optamos pelo leite. Com o Pronaf financiamos uma sala de ordenha e a compra de vacas para renovar o plantel, e com isso conseguimos melhorar a produção e a qualidade do leite. Hoje também vendemos ovos para a merenda escolar (Agricultor familiar nº 02).*

*Antes de vender verduras, plantávamos apenas grãos, milho e soja, e tínhamos 7 vacas de leite. Com o Pronaf investi em estufas e irrigação, pra não perder a produção por que no final de cada ano a seca nos prejudicava. Depois utilizei o Pronaf para comprar um trator e um carro para distribuir os produtos. Hoje nossa fonte de renda é as verduras, temos duas vacas de leite, somente para nosso consumo (Agricultor familiar nº 01).*

*Se produzia a mesma coisa só que estamos investindo mais e colhendo melhor por hectare. Já trabalhávamos com o fumo, mas com os recursos do Pronaf se tornou*

*mais fácil. (...) mudou que hoje temos cinco açudes e vendemos peixe para o Albany<sup>4</sup> que comercializa depois (Agricultor n° 05).*

Estes depoimentos demonstram que o Pronaf vem possibilitando a diversificação da produção aos agricultores familiares do município, considerando que a maioria dos entrevistados se dedica a mais de uma atividade em seu estabelecimento agropecuário, e muitas destas atividades foram financiadas através do Pronaf. Destaca-se nesta perspectiva, os três açudes financiados através do Pronaf pelo agricultor entrevistado n° 5, as estufas e irrigação financiados pelo agricultor entrevistado n° 1 e a agroindústria familiar de panificação do agricultor entrevistado n° 6, o que evidencia novos usos do território pelos agricultores familiares entrevistados. A fim de evidenciar estes novos usos, é importante caracterizar estas propriedades rurais.

O agricultor entrevistado n°1 possui uma área de 16ha e tem na agricultura sua única fonte de renda. Este agricultor produz frutas e verduras em sua propriedade, e entrega nos mercados, fruteiras e restaurantes da cidade (segunda, terça, quarta, sexta e sábado). Atualmente é o principal fornecedor destes alimentos no município de Saudades. Ele ainda é produtor de grãos: trigo, soja e milho respectivamente. O Pronaf possibilitou o financiamento de estufas, a aquisição de um veículo para distribuir a produção e um sistema de irrigação, como pode ser visto na figura a seguir.

**Figura 4:** Estufa de verduras e plantação de milho do agricultor familiar n°1



**Fonte:** Pesquisa de campo (2014).

<sup>4</sup>Albany, a que se refere o agricultor é o proprietário de um frigorífico de peixes, localizado no município de Pinhalzinho-SC.

O agricultor nº 5 possui uma área de 16.5ha. Sua fonte de renda é composta pela fumicultura, piscicultura e produção de grãos. O grupo familiar é composto por quatro pessoas, no entanto, um membro do grupo familiar trabalha no município de Pinhalzinho como técnico agrícola. Ele destaca que nos últimos anos vem se dedicando mais intensamente a piscicultura, pois nesta atividade não precisa empregar tanta mão de obra como no fumo. O entrevistado se demonstrou satisfeito com desenvolvimento econômico que esta atividade vem lhe proporcionando.

**Figura 5:** Propriedade do Agricultor familiar nº5



**Fonte:** Pesquisa de campo (2014).

O agricultor nº 6 possui uma área de 9 ha sendo que o leite é o principal produto que gera renda na propriedade. No entanto, a 4 anos a família financiou pelo Pronaf as instalações de uma agroindústria de panificação e a aquisição de um veículo para distribuir os produtos, atividade que tem acrescido a renda da família nos últimos anos. Antes de acessar os recursos do Pronaf, a família, composta de 2 membros atualmente, além do leite, produzia fumo, feijão e milho. O agricultor destaca ainda o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como outra importante política pública que o beneficiou nos últimos anos, considerando que toda semana faz entrega de pão e bolacha para a merenda escolar.

**Figura 6:** Agroindústria familiar de panificação do agricultor familiar nº6



**Fonte:** Pesquisa de campo (2014).

Nesse sentido, ao analisar se o Pronaf apoia a agricultura familiar e em que medida promove a diversificação rural, Gazzola e Schneider (2013) destacam que mesmo que existam algumas contradições no programa em relação ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar

deve-se reconhecer também que esta política é importante para a reprodução social e a manutenção dos agricultores nos espaços rurais. (...) evidencia-se que o Pronaf exerce um tipo específico de fortalecimento dos agricultores, que passa pelo financiamento de atividades produtivas e econômicas que levam as propriedades rurais a se diversificarem internamente e setorialmente. Evidencia-se que esta política, mesmo de uma forma periférica em alguns casos, e de forma direta em outros, tem estimulado algumas das pequenas produções e criações, a alimentação básica das famílias e fortalecido um tipo de agricultura mais diversificada (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p.59).

Diante deste cenário verificou-se que os agricultores selecionados que optaram por estas novas atividades e novos usos do território buscavam, sobretudo, uma maior autonomia sobre sua produção e comercialização. Veloso (2011) garante que a diversificação de atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares é importante, pois compõe e integra a renda destas famílias. Isso diminui a dependência das grandes agroindústrias e fornece maior segurança econômica e social a estes agricultores.

Outro aspecto observado na pesquisa de campo, diz respeito à pluriatividade nas unidades produtivas selecionadas. Segundo Schneider (2007, p.17) “a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das

“pessoas que pertencem a uma mesma família”. Para uma melhor compreensão desse fenômeno, se usará como exemplo o caso dos agricultores entrevistados.

O agricultor nº 03 possui uma área de 4,5 ha e tem na avicultura sua principal fonte de renda na agricultura. A força de trabalho familiar é composta por ele, sua esposa e uma filha de 26 anos que trabalha em uma empresa da cidade. O agricultor relata que há 9 anos busca fonte de renda fora da propriedade. Isso ocorreu, segundo o entrevistado, porque a área de sua propriedade é muito pequena, dificultando investimentos em novas atividades dentro da propriedade. Dessa forma, sua esposa é responsável por conduzir as atividades do aviário enquanto ele atua como pedreiro.

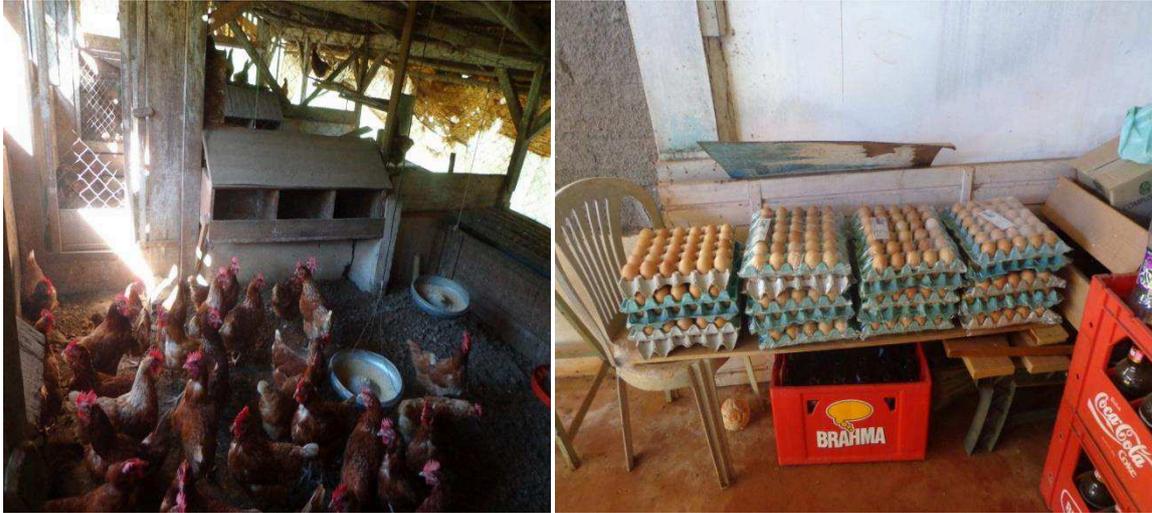
**Figura 7:** Avicultura do agricultor familiar nº3



**Fonte:** Pesquisa de campo (2014).

A família nº02, também pode ser caracterizada como pluriativa. Esta possui uma área de 16 ha, obtém sua renda com a pecuária leiteira e através da produção de ovos caipiras (Figura 8) que são vendidos diretamente ao consumidor e para a merenda escolar via PAA. A força de trabalho familiar é composta pelo entrevistado, sua esposa que trabalha como professora na cidade, seu pai e sua mãe que atualmente recebem aposentadoria.

**Figura 8:** Comercialização de ovos do agricultor nº 2



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O agricultor entrevistado nº04 possui uma área de 5.5 ha, onde produz o essencial para abastecer a feira livre que realiza aos sábados (leite, mandioca, galinha caipira, ovos, amendoim). A força de trabalho é composta de duas pessoas: ambas recebem benefício previdenciário e tem na feira livre sua fonte de renda que provém da agricultura. Identifica-se essa família enquanto pluriativa e uma significativa diversidade produtiva. No entanto, não é o Pronaf que gera esta diversidade, considerando que foi em 2005 que o agricultor acessou o Pronaf pela última vez.

**Figura 9:** Feira Livre do agricultor familiar nº 4



Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Por fim, cabe dizer que, de maneira geral, o Pronaf vem apoiando a diversificação nas propriedades e a produção de alimentos, porém de forma bastante pontual. Em grande medida, tem financiado a produção de grão e atividades ligadas aos grandes complexos agroindustriais. O que é necessário destacar, é que em alguns casos, o Pronaf tem viabilizado novos usos do território por meio da diversificação nas propriedades, ao financiar atividades como a piscicultura, produção de hortaliças e agroindústrias familiares, o que é destacado pelos entrevistados como algo muito importante para sua reprodução social e econômica. Nesse sentido, é importante ressaltar a necessidade de a referida política pública despende mais esforços no incentivo à diversificação das atividades rurais, bem como no fomento à pluriatividade, tendo em vista a importância desses elementos no desenvolvimento rural, tal como apresentado no início deste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho buscou-se analisar os novos usos do território decorrentes da política pública do Pronaf no município de Saudades-SC. Buscou-se compreender se o programa promoveria a diversificação nas propriedades, a produção de alimentos, bem como procurou-se investigar se diante dos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização da agricultura, o Pronaf beneficia os agricultores familiares e as práticas mais sustentáveis de produção no espaço rural do município. Ao longo do trabalho pautamos nossa reflexão na articulação das análises teóricas com os dados de fonte primária e secundária.

Nossa reflexão partiu da compreensão que ao longo da história, o espaço rural brasileiro passou por inúmeras transformações, que podem ser caracterizadas por meio da introdução de novas formas de produção, o que representou novos usos do território. Por meio da modernização da agricultura, houve uma primeira mudança significativa no que se refere ao uso rural do território através da implantação de infraestruturas e técnicas modernas no espaço rural. Na medida em que se acentuou esta modernização da agricultura, expresso na região oeste catarinense pelo modelo produtivo da integração agricultura familiar/grande agroindústria, gerou-se uma modernização seletiva no campo, considerando que esta modernização não foi alcançada por todos os agricultores.

Os reflexos da modernização da agricultura fizeram com que os agricultores familiares, que não conseguiram acompanhar o processo, mas que sofreram suas consequências negativas adotassem dinâmicas diferenciadas, a fim de manter-se no espaço rural. Este processo de exclusão gerado pela modernização da agricultura foi responsável pela organização destes agricultores através de diversos movimentos sociais – que podem ser caracterizadas como novos usos políticos do território – reivindicando ações e políticas públicas mais adequadas a esta categoria social.

Historicamente, as políticas públicas de desenvolvimento rural voltavam-se especialmente aos grandes produtores e a determinados produtos agrícolas. Apoiava-se, sobretudo, a produção destinada à exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias. As políticas públicas específicas para a agricultura familiar surgiram a partir de 1990, com a criação do Pronaf que propõe aumentar a capacidade produtiva, através de novas alternativas e oportunidades capazes de garantir renda e a manutenção dos agricultores familiares no espaço rural.

Percebe-se que a agricultura familiar no município de Saudades criou diversas práticas e alternativas, que se configuram como novos usos do território através de uma tentativa de romper com o domínio dos complexos agroindustrial e aumentar sua autonomia sobre a produção. No entanto, apesar destas novas alternativas, o território do município ainda é marcado pela forte presença da agroindústria de suínos, aves e fumo.

Embora os dados secundários e a pesquisa realizada junto às instituições financeiras apontem para o fato de o Pronaf estar reproduzindo, em grande medida, o uso do território muito mais próximo àquele preconizado pela modernização da agricultura, as entrevistas junto aos agricultores familiares apontam que o programa possibilitou novos usos do território, pois o desenvolvimento de novas atividades nas propriedades só se efetivou através dos recursos provenientes do Pronaf.

Tais constatações permitem afirmar que o Pronaf vem possibilitando a diversificação da produção aos agricultores familiares do município, considerando que a maioria dos entrevistados se dedica a mais de uma atividade em seu estabelecimento agropecuário, e muitas destas atividades foram financiadas através do Pronaf. Podemos citar nesta oportunidade a piscicultura, a agroindústria familiar de panificação e estufas para produção de verduras.

Observa-se um estímulo do Pronaf à produção de alimentos e atividades diversificadas, o que em alguma medida, contribui para práticas mais sustentáveis. Isso se dá através de financiamentos destinados a produção de frutas e verduras, a produção de leite, piscicultura e as agroindústrias familiares. Como apontou Campos (1999) um desenvolvimento rural sustentável, deve priorizar formas de produção e uso do território que ao mesmo tempo assegurem a manutenção social e econômica do agricultor familiar, mas também preservar e renovar os recursos naturais, bem como com a segurança alimentar e nutricional da população em geral. Nesse sentido, o Pronaf embora mostre avanços, ainda carece de estímulos e ações que fomentem práticas orgânicas, agroecológicas, tecnologias sociais, além de um maior incentivo às atividades dos jovens e das mulheres. Pode-se afirmar isso, considerando que os financiamentos concedidos para o cultivo de grãos e *commodities*, como o milho, a soja e o fumo, integram o padrão de desenvolvimento tecnológico e produtivista, que são responsáveis pela mercantilização dos agricultores familiares, pois conforme Gazolla (2004) acentua a especialização produtiva e mantém os agricultores familiares dependentes do crédito rural.

Para finalizar, podemos afirmar que o Pronaf está possibilitando novos usos do território por parte dos agricultores familiares no município de Saudades se analisarmos os casos isoladamente. Nestes casos, observamos propriedades que viabilizaram, através do Pronaf, novas atividades produtivas que até então não tinham sido exploradas pelas famílias, como no caso da piscicultura, produção de hortaliças e agroindústria familiar de panificação. No entanto, de maneira geral, cabe dizer que o programa não tem apoiado a diversificação nas propriedades, pois em grande medida tem financiado a produção de grão e atividades ligadas aos grandes complexos agroindustriais.

Quanto ao apoio do Pronaf à produção de alimentos e práticas mais sustentáveis de produção no espaço rural, observou-se que isso ocorre, mas não de maneira completa. De certa forma, o Pronaf vem viabilizando a reprodução social e econômica do agricultor familiar, mas não tem assegurado a preservação dos recursos naturais e, a produção de alimentos, está longe de ser o principal destino de recursos investidos no município.

Quanto aos objetivos do trabalho, podemos afirmar que estes foram alcançados. Através dos dados das cooperativas de crédito e das entrevistas com os agricultores foi possível caracterizar os novos usos do território implementados pela agricultura familiar no município, mesmo que nem sempre estes estiveram relacionados ao Pronaf. Evidenciou-se, por exemplo, a contribuição de políticas como o PAA no incentivo a novos usos do território.

Também cabe apontar brevemente os obstáculos que surgiram no decorrer do trabalho. Estes se referem principalmente às dificuldades em apontar e identificar as principais linhas de crédito acessadas pelos agricultores em geral e também no município. Isso porque há poucos dados que analisam cada uma das linhas, assim como as cooperativas de crédito e também os agricultores diferenciam somente investimento de custeio. Outra dificuldade, se deu pela falta de disponibilidade e acesso aos entrevistados, essencialmente unidades bancárias.

Diante das ideias expostas, do material pesquisado e dos resultados alcançados, outros elementos podem ser pesquisados em futuros estudos, tais como: investigar porque os bancos e cooperativas de crédito não operam a linha de crédito Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Floresta. Da mesma forma, investigar por que os agricultores pouco procuram as linhas do Pronaf agroindústria, Pronaf Jovem e Pronaf Mulher; verificar se existem e porque existem agricultores que não conseguem acessar os recursos do Pronaf; verificar a implantação e os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) bem como do

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre o território e sobre os atores envolvidos nessa dinâmica.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Ano 28 - Nº 1, 2 e 3 - Jan/Dez - 1998 & Ano 29 - Nº 1 - Jan/Ago – 1999.

AGUIAR, Fábio Luiz de. **Juventudes de um Rural Catarinense: Trajetórias Cotidianas no Contexto da Agricultura Familiar**. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Educação. Florianópolis, 2006.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. Colonização do extremo oeste catarinense: contribuições para a história camponesa da América Latina. In: **Anais do VII Congresso Latino americano de Sociologia Rural**. Quito: ALASRU, 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Barbárie Moderna do Agronegócio versus a Agricultura Camponesa: Implicações Sociais e Ambientais”. **GeoGraphos**. Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. 3, n. 16, 2012.

CAMPOS, Ginez Leopoldo de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos. [Org.] **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CANCELIER, Janete Webler. **A agricultura familiar como agente produtora do espaço rural no município de Chapecó-SC**. 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em desenvolvimento regional e urbano. Florianópolis, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997: p.70-82.

COPETTI, Lucia Daiane. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso Pronaf-Crédito no município de Alegria-RS**. 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

CRUZ, Aurélio Souza da. **Dimensões do desenvolvimento sustentável em Projetos do PRONAF- Planaltina-DF**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ESPÍNDOLA, José Carlos. **As Agroindústrias do oeste Catarinense: o caso Sadia**. 1996. 306f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, Curso de pós-graduação em Geografia. São Paulo, 1996.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, Objetivos e linhas de ação**. Disponível em <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/objetivos-e-linhas-de-acao/pt/>. Acesso em 18 junho de 2014.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura Familiar, Trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2003.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial, p. 46-61.

FÜRSTENAU, Vivian. A Política de Crédito Rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 8(1):139-154, 1987. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1075/1416>. Acessado em: 04 out. 2014.

GALINDO, Ernesto Pereira et all. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Crédito Fundiário. In: Resende, Guilherme Mendes. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 2, 2014. p.43-79.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 306f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar, 2013.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. In.: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v23, nº2, p.977-1007, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2a ed. Campinas, Instituto de Economia (IE)/Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, Jose; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural Brasileiro. **Cadernos de Ciência e tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p.37-67, jan./abr. 2002.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo M; MARQUES, Marta Inez M.; SUZUKI, Júlio C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HESPANHOL, Rosangela A. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro.

MELLO, Márcio A; SCHMIDT, Wilson. A Agricultura Familiar e a Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: PAULILO, Siveira; SCHMIDT, Wilson (org). **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural> >. Acessado em: 13 de novembro de 2014.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense**. 2003. 316f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação interdisciplinar em ciências humanas. Florianópolis, 2003.

NIEDERLE, Sidnei Luiz; EXTERCKOTER, Rudinei Kock. Formação e desenvolvimento da agricultura familiar no oeste catarinense: buscando novos caminhos. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 15 a 19 de outubro de 2012. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1412\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1412_1.pdf). Acesso em: 05 out. 2014.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Modo de produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

ORTEGA, Antonio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa Qualitativa e a historia de vida. **Serviço Social em revista**. Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, Jul/Dez, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v2n1.htm>.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Redes e verticalidades como estratégias de uso do território por grandes empresas: o exemplo da Embraer S/A**. 2005. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Curso de pós-graduação em Geografia, Rio Claro, 2005.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense**. 2008. 322f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2008.

PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã do Oeste, Santa Catarina**. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2003.

POLI, Jaci. Caboclos, pioneirismo e marginalização. In: **Para uma história do oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 71-110.

RAMBO, Anelise Graciele. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho.** 2011. 282f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

RAMBO, Nestor Francisco. **As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga (SC).** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Programa integrado de desenvolvimento socioeconômico: diagnóstico municipal de Saudades/SC**[elaborado pelo] Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina, em co-autoria com a Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Florianópolis: SEPLAN: CEAG-SC, 1990.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território O Brasil e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. 1992: **a redescoberta da Natureza.** Estudos Avançados, v. 6, nº 14. 1992. p. 95 – 106.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método,** São Paulo, Nobel, 2008.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. **Estudos Sociedade e Agricultura,** abril, n.16, p.164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados.** IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção: Belém, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola,** Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

SILVESTRO, Milton Luis. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução:** o caso do oeste catarinense. 1995. 349f. Tese (Mestrado) UFRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 1995.

VELOSO, Fernando. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

WAIBEL, Leo. A Teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização de terra: sua aplicação à Costa Rica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 10, n. 1, jan./mar. 1948.

WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.17, n.4, p.389-422, 1955.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 11, n. 2, abr./jun.1949.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, outubro, 2000.

WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia Territorial Sul Brasil, 1925 a 1954**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de pós-graduação em história. Florianópolis, 1992.

## APENDICÊS

**APÊNDICE A** - Roteiro de entrevistas para os agricultores familiares que acessam os recursos do Pronaf no Município de Saudades-SC

Localidade? .....Data:...../...../.....

1. Quantas pessoas trabalham na propriedade?
2. Qual a área da propriedade em ha?
3. Quais são os principais produtos que geram renda na propriedade? Existem outras fontes rendas fora da propriedade?
4. Alguma vez obteve financiamento através do Pronaf? Se utilizou, qual foi o tipo de modalidade ou linha de crédito acessada?
5. Qual o motivo que o levou a acessar o Pronaf?
6. Quais são as atividades que foram financiadas?
7. Na sua opinião, qual a importância e os benefícios que o Pronaf trouxe para sua propriedade?
8. O que se produzia na propriedade antes da política e o que se produz depois com os recursos do Pronaf?
9. Estaria no campo se não fossem as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, especialmente o Pronaf?

**APÊNDICE B** – Roteiro de entrevistas: Instituições que concedem os financiamentos ao Pronaf no Município de Saudades: Cresol, Banco do Brasil e Sicoob.

1. Desde que data a Cresol/Banco do Brasil/Sicoob opera os recursos do Pronaf?
2. Qual o número de contratos do Pronaf realizados no ano de 2012 e 2013 pela instituição?
3. Quais são as linhas de crédito do Pronaf que a instituição trabalha?
4. Quais as linhas mais acessadas do município? E qual o número de contratos realizados em cada linha de crédito nos dois últimos anos?
5. Qual foi o volume de recursos financiados em cada linha de crédito?
6. O que é financiado cada linha ou modalidade do Pronaf?

**APÊNDICE C-** Roteiro de entrevistas: EPAGRI e Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (SINTRAF) do Município de Saudades.

1. De que forma a entidade auxilia os agricultores à acessar os recursos do Pronaf?
2. Qual a principal linha de crédito, ou modalidade financiada pelo Pronaf no município? Qualé o principal destino destes recursos (atividades financiadas)?
3. A entidade acompanha o desenvolvimento do projeto dos agricultores?
4. Existem agricultores que querem, mas não conseguem acessar a política do Pronaf? Por que? Se sim, como deveria ser a política, para que pudesse ser acessada por um número mais amplo de agricultores?
5. Quais os pontos fortes e fracos do Pronaf? O que deveria mudar/melhorar?
6. O que mudou no espaço rural depois da implementação do Pronaf?
7. Como você imagina que seria o campo sem o Pronaf?